



Projeto VIVA

ação em rede pela inclusão
das pessoas com deficiência



Série: Tecnologia Social - Volume 4

Fundação FEAC

Desde 1964, a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) Fundação Odila e Lafayette Álvaro reúne e integra as entidades sociais de Campinas, a quem apóia e presta vários serviços e assessorias. Atualmente, são mais de 100 entidades filiadas, nas áreas de educação complementar, abrigo, portadores de deficiência, terceira idade, saúde, entre outras, abrangendo uma população de mais de 60 mil pessoas. A Fundação FEAC também desenvolve projetos e programas próprios, geralmente em parceria com outras instituições e empresas, como os Programas Qualidade na Escola (PQE) e Amea Vida Sem Drogas, em benefício de mais de 50 mil pessoas. A coleção Cadernos FEAC tem como objetivo divulgar a experiência em tecnologia social desenvolvida pela Fundação FEAC e entidades filiadas.

FUNDAÇÃO FEAC

Rua Odila Santos de Souza Camargo, 34
CEP 13092-540 Campinas SP Fone (19) 3794.3500
www.feac.org.br

Fundação EDUCAR DPaschoal

A Fundação Educar acredita que a educação é o caminho para a transformação de qualquer sociedade. Por isto, investe em programas de estímulo à leitura, por meio do Projeto "Leia Comigo!"; protagonismo juvenil, por meio da "Academia Educar"; e na valorização da cidadania e da responsabilidade social pelo universitário, com a "Aliança Brasil Universitário". Cada projeto atende a um público e tem suas especificidades, mas todos têm um objetivo comum: promover a educação para a cidadania!

Para saber mais sobre a Fundação Educar acesse:
www.educardpaschoal.org.br

Projeto VIVA:
ação em rede pela
inclusão das pessoas
com deficiência

Cadernos FEAC

FEAC

Presidente Conselho Curador 2005-2006

Darcy Paz de Pádua

Apoio Técnico

Silvia Elena Basetto Villas Boas

Presidente Diretoria Executiva 2005-2006

Edmir Bertolaccini

Coordenação editorial

Sílnia N. Martins Prado

Superintendência Executiva

Arnaldo Rezende

Capa e projeto gráfico

Qualis Comunicação Integrada

Departamento de Marketing

Vanessa Taufic

Fotografia

Thaís Guidorisi
Arquivo FEAC

Texto

José Pedro Martins (consultor)

Revisão

Katia Rossini

Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional (DDSE)

Maristela Lara Dante Weffort - coordenação Viva

Realização

Fundação EDUCAR DPaschoal
www.educardpaschoal.org.br
Tel: (19) 3728-8129

Coordenação

Maristela Lara Dante Weffort

Correspondência

Rua Odila Santos de Souza Camargo, 34
Jardim Brandina, CEP 13092-540 - Campinas - SP
info@feac.org.br • www.feac.org.br
(19) 3794.3500 / 3511 / 3512

A Coleção Cadernos FEAC é uma iniciativa da Fundação FEAC, a cargo do Departamento de Marketing, voltada para divulgar a experiência em tecnologia social desenvolvida pela instituição e suas mais de 100 entidades filiadas em Campinas e região.

Esta obra foi impressa na Gráfica Editora Modelo Ltda., em papel couché fosco 115g/m² (miolo) e triplex 250g/m² (capa), no ano de 2005, com tiragem de 3.000 exemplares.

Palavras iniciais

Cidadania plena, com inclusão e valorização das diferenças

O ritmo de trabalho é frenético, na Cartonaria Diferentes Papéis, que nasceu de uma oficina na Fundação Síndrome de Down (FSD) e emprega dez educandos da instituição, além de outros que estão na etapa de capacitação. As encomendas não param de chegar. A conversa é animada, mas as tarefas são cumpridas em sua totalidade e no horário previsto. Um dos objetivos é este: reproduzir o ambiente de uma empresa, contribuindo para facilitar a inclusão apropriada no mercado de trabalho. E vários, de fato, já foram incluídos.

A Diferentes Papéis tem um lema, que agrega valor à confecção das dezenas de itens oferecidos ao mercado, como agendas, calendários, blocos de anotação etc. – “Mais que um simples brinde, uma atitude solidária”. Implícito, está o conceito de reconhecimento do direito, extensivo a todos os seres humanos, ao desenvolvimento integral. O outro mote muito trabalhado pela Fundação Síndrome de Down é: “Valorizando as diferenças”. A vida é diversidade e, por isso, é bela e rica.

A alegria exuberante dos portadores de Síndrome de Down inseridos na Diferentes Papéis, que se tornaram profissionais e ampliaram seus horizontes pessoais e coletivos, é um espelho fiel de como a inclusão das pessoas com deficiência vem sendo tratada historicamente em Campinas. Coerente com sua vocação solidária e com a vocação de dar respostas eficazes aos múltiplos desafios sociais que emergem através dos tempos, a cidade construiu uma trajetória de atuação muito sólida, em termos de reabilitação e inclusão social de portadores de deficiência.

É nítida a evolução, na linha do tempo, da forma como a questão é abordada em Campinas. De uma postura assistencialista e institucionalizada, organizações e todos envolvidos com a área transitaram, passo a passo, para atitudes mais arrojadas e

sintonizadas com o sentido da cidadania ativa, com o respeito aos direitos básicos dos portadores de deficiência e com o incentivo ao crescente protagonismo das pessoas com deficiência. A tutela dos deficientes foi sendo deixada de lado, dando lugar à idéia de que a sociedade é que deve se preparar – ficando então mais forte e respeitadora da cidadania plena – para a inclusão integral das pessoas com deficiência, não o contrário.

Os avanços verificados em Campinas refletem, claro, as modificações processadas no cenário brasileiro nas últimas décadas, inclusive por força do marco legal. No início do século XXI, o olhar atento de vários segmentos, para promover a inclusão educacional e no mundo do trabalho do portador de deficiência, tornou-se um dos sinais mais cristalinos do amadurecimento da sociedade civil e do que significa, afinal, ter cidadania ampla em um país com as dimensões, peculiaridades e desafios como o Brasil.

E, de modo concomitante com os avanços concretos percebidos na conjuntura nacional, também evoluiu em Campinas a percepção de que apenas o trabalho integrado, em rede, pode dar conta efetivamente dos distintos desafios sociais; não poderia ser diferente no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência. Somente com a cooperação permanente entre as organizações da sociedade civil, setor público e empresas privadas, será edificado o Brasil que todos brasileiros desejam; assim também na esfera da inclusão dos portadores de deficiência.

Neste contexto é que emergiram iniciativas como o Projeto Viva – Vida Independente para Viver o Amanhã –, uma proposta da Fundação FEAC de aglutinar diferentes setores sociais para promover a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho. Desde o emblemático ano 2000 – que projetou e ratificou esperanças no sentido de transformações e inovações em todo planeta –, o Projeto Viva tornou-se fórum de discussões e, também, uma eficiente plataforma de inclusão no mercado de trabalho. Várias conquistas foram obtidas em pouco tempo, apontando para outras, de médio e longo prazo.

Este número da Coleção FEAC – Série Tecnologia Social foi idealizado como um painel da tecnologia social desenvolvida em Campinas, através dos tempos, na área da atenção e inclusão dos portadores de deficiência. Enfoca, sobretudo, o trabalho e o esforço das entidades filiadas à Fundação FEAC, além das ações próprias da organização, como o Projeto Viva. Mas a publicação também cita gestos e ações da cidade de modo geral, uma cidade aberta para várias atitudes inovadoras na área social, como parte importante de sua história e cultura.





A Campanha da Fraternidade de 2006, com o tema "Fraternidade e pessoas com deficiência", deve contribuir muito para alavancar a discussão sobre a inclusão em um sentido amplo, nas dimensões política, cultural, econômica etc. A idéia é que este número da Coleção FEAC – Série Tecnologia Social seja um consistente subsídio para essa reflexão cada vez mais urgente e necessária, como base de ações transformadoras e éticas. A beleza da vida está na diversidade e na diferença, e os ganhos cada vez maiores na inclusão dos deficientes são um claro sintoma da especialíssima biodiversidade brasileira.

Sumário

| | |
|--|----|
| Gênese de uma tecnologia social - Projeto Viva | 7 |
| Primeiro movimento – pioneiros da inclusão na história global e local | 11 |
| Segundo movimento – avanço da sociedade civil e inovação para promover a inclusão | 22 |
| Terceiro movimento – os desafios da inclusão e ação em rede: o Projeto Viva | 54 |
| Comentários finais, a título de desafios | 73 |
| Bibliografia do Projeto Viva | 78 |



Gênese de uma tecnologia social - Projeto VIVA

Movimentos globais e da cidade
de Campinas até a construção de
redes de inclusão social de
pessoas com deficiência

A sinfonia da inclusão social plena é composta de vários movimentos, ao longo do tempo. São movimentos que apontam para as redes sociais que promovem a bela melodia da inclusão dos portadores de deficiência e outros segmentos. No início do século XXI, o Projeto Viva é uma partitura resultante destes movimentos históricos, elaborada por várias mãos, conduzida por diversos instrumentos, resultando nos múltiplos sons da cidadania ativa.

Primeiro movimento – os pioneiros

Pessoas e grupos sociais têm atuado como pioneiros, descortinando possibilidades, mapeando novas geografias individuais e coletivas. São inventores como Louis Braille, cujo sistema de sinais revolucionou a educação dos cegos, acelerando sua inclusão integral. São educadores como Norberto de Souza Pinto, cujo empenho abriu novos e pioneiros rumos para a educação social, em uma cidade com vocação solidária como Campinas. O primeiro movimento de inclusão dos portadores de deficiência foi impulsionado entre o século XIX e início do século XX, ao ritmo dos avanços da Revolução Industrial.

Educandos do Instituto Norberto de Souza Pinto, homenagem a um dos pioneiros da inclusão educacional





Educandos da APAE,
em atividade de grupo:
símbolo de avanço da
sociedade civil

Segundo movimento – avanço da sociedade civil

Com a base sólida da contribuição dos pioneiros, a sociedade civil avança no século XX, incrementando o processo de inclusão plena. A mobilização passa a ser cada vez mais protagonizada por organizações sociais, complementando o trabalho feito pelo Estado. O assistencialismo começa a ceder lugar para a busca da cidadania, e o profissionalismo cada vez mais é a tônica da ação das entidades sociais. A ação das organizações sociais prepara o caminho para a constituição das redes, que serão o terceiro movimento e importante salto para a inclusão no século XXI.

Terceiro movimento – a formação de redes – O VIVA

Século XXI. O acelerado processo de mundialização e a rapidez das tecnologias de informação deflagram novos desafios, também na área da inclusão das pessoas com deficiência. Como em outros segmentos, fortalece a percepção de que apenas redes sociais, constituídas por organizações da sociedade civil, poder público e setor privado, responderão com eficácia às demandas da inclusão com cidadania ativa. Em Campinas, que vivenciou todas as etapas anteriores, amadurecem as condições para o lançamento do Projeto Viva, ensaio de uma rede pela inclusão integral dos deficientes.

Usuário do Instituto
Norberto Souza Pinto
em atendimento



Primeiro movimento – pioneiros da inclusão na história global e local

O 1º de janeiro de 1917 foi marcante na vida de Norberto de Souza Pinto. Ele acordou muito cedo – na realidade, quase não dormiu –, tamanha a ansiedade pelo grande dia que chegava. O mundo ainda respirava, aturdido, os tenebrosos episódios da I Guerra Mundial, e a passagem do ano não abria nenhuma perspectiva de solução do conflito global. Nem se imaginava, também, que, em outubro daquele ano, nas estepes geladas da Rússia, se tornaria vitoriosa uma revolução em nome do socialismo, episódio que teria repercussões e provocaria impactos em escala planetária.

Espírito crítico, consciente dos desafios do seu tempo, Norberto de Souza Pinto estava preocupado com o cenário mundial, mas, naquele primeiro dia do ano que mudou o século XX, ele estava particularmente feliz e esperançoso. Naquela data seria inaugurada a Escola Primária de Adaptação, criada a partir da inquietação de Souza Pinto com a situação das crianças portadoras de deficiência de Campinas, que estavam excluídas do ambiente educacional.

De origem humilde, Souza Pinto foi exemplo particular de superação. Filho de Emydio de Souza Pinto e Angélica do Amaral Pinto, nasceu em junho de 1895, tendo sido alfabetizado por Alda Barbosa do Amaral. Teve dificuldades financeiras para estudar, mas, com o apoio do bispo dom João Nery e do médico Thomaz Alves (um dos criadores da Maternidade de Campinas), Norberto tornou-se professor normalista, pela Escola Carlos Gomes.

Em 1916 já dava aulas na Escola Masculina do bairro Frontão, depois Cambuí. Foi lá que, imediatamente, percebeu as dificuldades para estudar que tinham as crianças portadoras de deficiência. E Norberto não parou mais de pesquisar o tema, tendo sido um dos pioneiros na inclusão educacional no Brasil e na América Latina. A inauguração da Escola Primária de Adaptação foi, neste sentido, um marco, um símbolo de como Campinas,

através dos tempos, procura dar respostas aos mais diferentes desafios sociais. E as respostas aparecem com a marca da inovação, da coragem de superar obstáculos.

A luz do iluminismo

Os avanços na inclusão dos portadores de deficiência sempre estiveram associados às grandes modificações sociais, econômicas, políticas e culturais da história da humanidade. Os primeiros grandes passos, neste sentido foram dados, sintomaticamente, no contexto de florescimento do Humanismo e do Renascimento, na transição entre os séculos XV e XVI.

Na era das chamadas descobertas e das grandes viagens marítimas, os horizontes intelectuais se abriam. Novas e diferentes culturas entravam em contato recíproco, o diálogo na diversidade ampliava a compreensão do outro, que é diferente, mas é igual na natureza humana. A questão da identidade assumia importância cada vez maior.

A Reforma, liderada por Martinho Lutero e João Calvino, por outro lado, também introduzia novos questionamentos, particularmente na área educacional. É um consenso, entre os historiadores, que a Reforma foi decisiva para ampliar a visão educacional em geral, e da alfabetização em particular.

Os avanços esboçados com o Humanismo e o Renascimento foram concretizados no período do Iluminismo, de forma associada ao cenário político e social que resultou na Revolução Francesa. Não por acaso, foi na França pré e pós-revolucionária que emergiram importantes iniciativas apontando para o que, hoje, denomina-se luta pela inclusão social das pessoas com deficiência.

Em 1784, ainda com o apoio da família real, Valentin Haüy (1745-1822) criou em Paris a Instituição Real dos Jovens Cegos, escola pioneira na educação de jovens deficientes visuais, já visando a eventual inclusão no mercado de trabalho. Haüy fez ensaios para estruturar, em alto relevo, o alfabeto tradicional, com o objetivo de facilitar a leitura por cegos.

Na mesma época, e também na França, um código para criptografar mensagens militares confidenciais era desenvolvido pelo capitão de artilharia Charles Barbier De La Serre. O código de Barbier utilizava-se de pontos que podiam ser lidos com os dedos. As pesquisas de Haüy e Barbier foram fundamentais para que, no início da década de 1820, Louis Braille desenvolvesse o famoso método de leitura e escritura para cegos.

Ainda como reflexo do Iluminismo e das modificações associadas à Revolução Industrial, outras instituições e outros avanços foram aparecendo em diferentes países, em termos de atenção aos portadores de deficiência. Um instituto pioneiro de educação de portadores de deficiência física foi fundado em 1832, na Alemanha. Nos chamados países periféricos, como o Brasil, que ainda vivia sob a monarquia, os avanços verificados na Europa não tardaram a repercutir.

A revolução de Louis Braille

Seis pontos, combinados em duas filas verticais de três, compondo 63 sinais no total, inscritos em relevo. É assim, com essa simplicidade, que pode ser resumido um dos mais revolucionários e includentes métodos de leitura da história da humanidade. É o Sistema Braille, desenvolvido por Louis Braille, que apareceu pela primeira vez em 1829, em uma publicação de nome extenso: *Processo para escrever as palavras, a música e o canto-chão, por meio de pontos, para uso dos cegos e dispostos para eles*. A versão definitiva apareceria em 1837, mas Braille faleceria em 6 de janeiro de 1852, sem o reconhecimento que esperava por sua crucial invenção. O reconhecimento público aconteceria em 1854, por ocasião da Exposição Internacional de Paris, durante as apresentações da pianista Teresa von Kleinert, que era cega e utilizava o sistema criado por Braille. Louis Braille nasceu a 4 de janeiro de 1809, na pequena localidade de Coupvray, no distrito de Seine-et-Marne, aproximadamente a 45 quilômetros de Paris. Aos 3 anos, brincando na oficina do pai, que trabalhava com couros, o pequeno Louis feriu o olho esquerdo; logo, a infecção atingiu o direito. Em 1816 Louis Braille começou a frequentar a Instituição dos Jovens Cegos, fundada por Valentin Haüy. Os caminhos dos dois grandes homens se cruzavam, e desse diálogo – ao lado da contribuição de Charles Barbier – evoluiu o Sistema Braille, um dos mais importantes instrumentos, de todos dos tempos, para promover a inclusão social de portadores de deficiência.

Oficina de Informática no Centro Louis Braille: alta tecnologia, seguindo a contribuição do grande inventor



Ações pioneiras no Brasil

O Brasil monárquico, que sempre teve a França como referência em diversas áreas, não passou incólume às inovações na inclusão de portadores de deficiência que germinavam naquele país. A 12 de setembro de 1854, o imperador dom Pedro II fundou, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Nesta decisão do monarca, muito havia pesado a trajetória de José Álvares de Azevedo, que era cego e estudara desde 1844 no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, que então não era mais "Real". Álvares de Azevedo tinha 9 anos quando ingressou no instituto, graças aos esforços do desembargador Maximiliano Antônio de Lemos.

De volta ao Brasil, em 1850, o jovem Azevedo passou a divulgar o método de alfabetização desenvolvido por Louis Braille. Entre suas alunas esteve Adèle Maria Luisa Sigaud, filha de José Francisco Xavier Sigaud, um dos fundadores da Imperial Academia de Medicina. Os resultados obtidos por Azevedo motivaram a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a partir de projeto formulado pelo conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz. A organização depois passaria a se chamar Instituto Nacional dos Cegos, e, finalmente, Instituto Benjamin Constant, denominação atual. Em 1857, o imperador Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Ecoss da segunda guerra

Novos avanços foram verificados no atendimento aos portadores de deficiência nas primeiras décadas do século XX, mas outro importante – e, infelizmente, trágico – marco, que acelerou o processo, foi a II Guerra Mundial. As seqüelas deixadas em milhões de pessoas, entre combatentes e a chamada população civil, elevaram a sensibilização para o drama dos portadores de deficiência. O genocídio dos judeus (mas também dos ciganos e outras minorias), de seu lado, alimentou a reflexão sobre o estigma em relação ao outro, que tem identidade própria, mas é igual em humanidade.

Um Centro Nacional de Lesionados Medulares foi criado em 1944, no Hospital de Stoke Mandeville, em Aylesbury, na Inglaterra, pelo neurologista Ludwig Guttmann. Ele era um refugiado do nazismo, acolhido pelo governo britânico, que solicitou seu empenho na estruturação de instituição dedicada a tratar soldados feridos em combate na II Guerra Mundial.

Os I Jogos Desportivos de Stoke Mandeville foram realizados, já em 1948, com a participação de 14 homens e duas mulheres das Forças Armadas

Britânicas, sob organização do mesmo dr. Guttmann. Os jogos tiveram somente uma modalidade, arco -e flecha, mas foram o embrião dos esportes paraolímpicos. Os II Jogos Desportivos foram organizados, também por Guttmann, agora nomeado *sir*, em 1952, com a participação de 130 atletas ingleses e holandeses.

Aqueles que seriam os IV Jogos Desportivos de Stoke Mandeville transformaram-se, na prática, na I Paraolimpíada, realizada em 1960, em Roma, logo em seguida aos XVI Jogos Olímpicos, com o apoio do papa João XXIII. Participaram mais de 400 atletas. Desde então, com raras exceções, as Paraolimpíadas são realizadas em seguida aos Jogos Olímpicos, na mesma cidade-sede, como aconteceu com as mais recentes, de 2004, em Atenas, na Grécia, onde vários brasileiros se destacaram.

Outro fruto da II Guerra Mundial foi a Fraternidade Cristã dos Deficientes (FCD), organização que teria importante papel na reflexão sobre o tema em países como o Brasil. A FCD nasceu na França, em 1942, portanto em plena II Guerra Mundial, e foi uma dentre as várias organizações nascidas em território europeu para tratar das vítimas da conflagração que causou 60 milhões de mortes. O idealizador da FCD foi o padre francês Henri François. Inicialmente, a organização teve abrangência basicamente européia, mas depois, a partir dos anos 1960, propagou-se em outros continentes, quando, como fruto do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica passou a viver nova fase.

Na América Latina, a organização fundada na França apareceu, com o nome Fraternidad Cristiana de Enfermos y Lisiados, em abril de 1967, com a chegada ao Perú do padre jesuíta espanhol Manuel Duato. Ele já havia sido o fundador da Fraternidade na Espanha, em 1958, após uma peregrinação que havia feito a Lourdes, na França, onde tomou contato com a organização. A partir daí, assumiu a missão de difundir a fraternidade por vários países.

Com o nome Fraternidade Cristã dos Deficientes (FCD), foi criada no Brasil, no contexto da redemocratização, entre as décadas de 1970 e 1980. Naquele momento, que as ações pela inclusão social plena de portadores de deficiência passavam a ter maior impulso no Brasil, refletindo a conjuntura política. O Ano Internacional do Deficiente ajudou muito neste sentido.

A FCD começou a atuar no Brasil, especificamente, em 1972, na Diocese de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Em junho de 1976, chegava a São Paulo, pelas mãos do também jesuíta padre Geraldo Nascimento. Mas foi uma mulher leiga, Maria de Lourdes Guarda, a principal responsável pela disseminação da FCD em São Paulo e em grande parte do Brasil. Em Campinas, outra mulher, Maria Trevisolli, foi personagem decisiva na instalação da fraternidade na cidade, inicialmente com grupo no Parque Industrial. A primeira reunião em Campinas deu-se a 21 de janeiro de 1979.

Ano Internacional e Constituição

Promovido pela ONU, por indicação da Líbia, o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, em 1981, foi determinante para impulsionar a discussão do tema da inclusão no planeta. Com o lema "Participação plena e igualdade", o Ano Internacional de 1981 foi um divisor de águas, consolidando a reflexão sobre a condição das pessoas com deficiência na agenda de governos, lideranças comunitárias e organizações não-governamentais de todo o planeta. Foi o ingrediente que faltava para fomentar o debate sobre necessárias políticas públicas no setor.

No Brasil, várias organizações foram criadas sob o estímulo do Ano Internacional. Presidida por Helena Bandeira de Figueiredo, uma Comissão Nacional foi criada aqui, para coordenar as atividades relacionadas ao Ano Internacional.

Entre 26 e 30 de outubro de 1981, foi realizado no Recife (PE) o I Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes, evento em que se criou a Coalizão Nacional de Entidades e Pessoas Deficientes. Em 1982, entre 12 e 14 de julho, Vitória (ES) sediou o I Encontro de Delegados da Coalizão Nacional de Entidades e Pessoas Deficientes. Uma das indicações foi pela criação do Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes. A indicação foi do pernambucano Cândido Pinto, era o dia 21 de setembro, na entrada da Primavera. Ele integrava o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes - MDPD.)

Na arena política, um dos pioneiros na abordagem da questão foi o deputado federal Thales Ramalho, ligado ao MDB de Pernambuco, o qual, em abril de 1972, havia sofrido um acidente vascular cerebral, tendo como seqüela uma paralisia do lado esquerdo do corpo. Quatro anos depois, Ramalho foi vítima de acidente de automóvel, sofrendo múltiplas fraturas na perna direita.

A partir desses acidentes, Thales Ramalho tornou-se referência neste tema, no Congresso Nacional. Foi em grande parte por sua luta que o Brasil tornou-se o sexto país do mundo a ter incluída, em sua Constituição, uma emenda estabelecendo itens como educação gratuita para a criança portadora de deficiência, direito dos portadores à reabilitação e ao acesso a qualquer área pública, proibição da discriminação relativa aos deficientes. A Assembléia Nacional Constituinte, eleita em 1986, propiciou outro passo na esfera legal, resultando em conquistas inscritas na Constituição Federal de 1988.

A partir da "Constituição Cidadã", novas leis específicas passaram a contemplar os direitos dos portadores de deficiência. Entre outras, podem ser citadas:

- Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA – Lei nº 8.069/90, arts. 1º, 3º, 4º, cap. I, arts. 7º, 10, 11, cap. II, arts. 16, 17, 18; arts. 60-67, art. 71, art. 90.



Sinal sonoro em frente ao Centro Braille à Pró-Visão: único em Campinas, mas o sinal verde mostra que o futuro está aberto.

- Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742/93, cap. I, art. 2º, inciso V, e cap. IV, art. 20.
- Lei Diretrizes de Base – LDB – Lei nº 9.394/96.

A legislação que prevê a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com base em cotas por número de empregados nas empresas, provocou especial impulso na discussão sobre o tema no Brasil. É mais um passo na trajetória multissecular que aponta para a qualidade de vida e cidadania plena aos portadores de deficiência, mobilização que tem alcançado especial projeção no Brasil, em função principalmente do empenho e do amadurecimento da sociedade civil.

Múltiplos desafios

O avanço da sociedade civil tem sido de fato fundamental, em face do tamanho do desafio, que é promover a inclusão plena das pessoas com deficiência, na esfera escolar, no mundo do trabalho, na produção cultural, na representação partidária e assim por diante.

Os resultados do censo 2000 demonstraram a magnitude de uma agenda de desafios múltiplos. O censo revelou que o número de portadores de pelo menos uma das deficiências investigadas era de 24,6 milhões de pessoas, ou 14,5% da população brasileira na época. É como se uma Grande São Paulo, uma das maiores megalópoles do planeta, fosse totalmente habitada por pessoas com deficiência.

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) proporcionou indicativos de quais políticas públicas deveriam ser praticadas na área da inclusão dos deficientes. Os dados mostraram, por exemplo, que a proporção de portadores de deficiência é muito maior entre a população negra e indígena – 17,5% e 17,1%, respectivamente.

O censo também detectou diferenças territoriais importantes. A Paraíba é o estado com maior proporção de portadores de deficiência: 18,8% da população total. A média dos estados do Nordeste é superior à média nacional, de 14,5% de portadores.

É necessário observar que o censo considerou portadores todos aqueles brasileiros que, nos questionários, apontaram ter alguma deficiência, ainda que considerada clinicamente moderada ou leve, como diferentes graus de dificuldade para enxergar. As sinalizações são de que, no caso das deficiências mais graves em termos clínicos, as barreiras para a plena inclusão social tornam-se ainda mais sólidas, exigindo uma postura particularmente consistente do poder público e da sociedade em geral. As conquistas obtidas nos últimos anos, em uma cidade como Campinas, fruto de ações de organizações sociais e em redes cada vez mais consistentes com o poder público e setor privado (levando a uma tecnologia social inovadora e transformadora), mostram que a cidade e a sociedade inclusiva são uma maravilhosa utopia, perfeitamente realizável, embora muitos, inúmeros, desafios persistam.

Com base nos dados do Censo 2000, estima-se que existam em Campinas – cidade com mais de 1 milhão de habitantes – cerca de 140 mil pessoas consideradas portadoras de alguma deficiência. Trata-se de população equivalente à de cidades como Indaiatuba. Apenas com redes consistentes é possível dar resposta aos múltiplos desafios ligados a essa população.



Uma das unidades de transporte público de pessoas com deficiência em Campinas

O que diz a Constituição Federal de 1988 sobre inclusão dos portadores de deficiência

Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo II *Dos Direitos Sociais*

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

Título III Da Organização do Estado

Capítulo II *Da União*

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Capítulo VII

Da Administração Pública

Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Título VIII

Da Ordem Social

Capítulo II

Da Seguridade Social

Seção III

Da Previdência Social

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

Seção IV

Da Assistência Social

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Capítulo III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I

Da Educação

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Capítulo VII

Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Segundo movimento – avanço da sociedade civil e inovação para promover a inclusão

O pioneirismo de Norberto de Souza Pinto, com sua Escola Primária de Adaptação, foi símbolo da inovação que sempre esteve associada à tecnologia social desenvolvida em Campinas, em várias áreas, como na de inclusão e luta pela cidadania plena de pessoas com deficiência.

Já no século XIX foram registrados episódios apontando para a mentalidade inovadora na área social, em sintonia com a vocação da cidade para a cultura, educação, ciência e tecnologia. Foram ações indicando respeito à diversidade e quebra de estigmas que cercavam historicamente algumas situações.

O caso dos portadores de hanseníase – os “leprosos”, “morféticos” ou “doentes de Lázaro”, que carregavam uma marca multissecular de medo e perseguição – foi muito emblemático. O médico austríaco Carlos Engler, que chegou ao Brasil em 1821 e viveu muitos anos em Campinas, até falecer, em 1855, batalhou muito contra o estigma relacionado aos hansenianos. Ele os atendia em casa, o que ajudou a superar o pavor do contato pessoal. O olhar mais humanista para a hanseníase prosseguiria em Campinas, no século XX, com o trabalho crucial do médico Reinaldo Quagliato. Atitudes inovadoras continuaram, no século XX, no cenário da urbanização e explosão demográfica.

A 22 de abril de 1933, foi fundada a Liga Campineira dos Cegos Trabalhadores, idealizada por quatro portadores de deficiência visual, Mário Chaves, Dante Egrégio, Geraldo dos Santos Hummel e Benedito dos Santos Vieira. A reunião pública de apresentação da instituição foi a 27 de maio, em dependências do *Correio Popular*. Em pouco tempo, a nova associação teria 400 membros e, a partir de 22 de janeiro de 1935, passou a se denominar Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores.



O Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores tornou-se, depois, uma das 15 entidades filiadas à Fundação FEAC, no segmento de portadores de deficiência. A inovação em tecnologia social é ingrediente do trabalho desenvolvido nesse conjunto de organizações. O uso de múltiplos recursos – desde a água (como nas piscinas da APAE e da Pró-Missão) e os *softwares* de última geração (como no Centro Louis Braille) a metodologias educativas inovadoras (como na Fundação Síndrome de Down) – reflete a tecnologia social desenvolvida pelas entidades de Campinas. Muitas entidades foram criadas na e a partir da década de 1980, em coerência com a redemocratização do Brasil e em sintonia com os avanços do terceiro setor e das tecnologias de informação, que facilitam redes de cidadania ativa.

Grupo de usuários da APAE em atividade



Preparação para o mercado

O ano de 1963 é inesquecível para Domiciano Gonçalves Raimundo. Natural de São Manoel do Paraíso, no interior de São Paulo, convivia com as seqüelas de meningite adquiridas na infância, incluindo a perda progressiva da visão. Ainda chegou a trabalhar algum tempo na zona rural, onde vivia com a família de 15 irmãos. Mas a oportunidade de reabilitação em Campinas mudou sua biografia. E, desde então, há 43 anos, mora no Instituto dos Cegos Trabalhadores. "Aqui é minha casa, aqui tenho minha família", resume o sr. Raimundo, às vésperas de completar 80 anos, em junho de 2006.

Entre outras atividades, o sr. Raimundo participou da fábrica de vassouras que funcionou durante muito tempo no instituto, na sede própria instalada, na presidência de Sylvino de Godoy, em chácara doada por Risoleta Ferreira Jorge na década de 1950. A fábrica de vassouras, que forneceu diversos produtos a várias empresas, foi uma das iniciativas criadas pelo instituto, como parte de seu esforço pela capacitação profissional dos usuários, principal foco de sua atuação ao longo da história. A reativação da fábrica de vassouras, como oficina de capacitação e fonte de renda, é meta para 2006.

A ênfase permanece, no início do século XXI, e, em resposta aos desafios dos novos tempos, o instituto, como destaca seu presidente,

Leitura em Braille no Instituto dos Cegos Trabalhadores: capacitação para autonomia



Vicente de Paulo Monteiro, estabeleceu parcerias para o oferecimento de cursos de informática e inglês aos usuários. A abertura de vagas (para deficientes) no mercado de trabalho acentuou-se muito com a nova legislação, nota a coordenadora da equipe técnica e assistente social, Maria Valéria Quirino. A CPEL Energia é uma das empresas que procurou o instituto, visando à inserção de usuários em seu quadro.

O instituto também está voltado para a inclusão educacional. Parceria com a Prefeitura de Campinas deve resultar no atendimento de alunos especiais da rede municipal, que encontram dificuldades iniciais de inclusão. Profissionais de várias áreas compõem a equipe técnica do Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores, que conta, em 2006, com cerca de 50 usuários. Entre eles, alguns de outras regiões do país, que continuam procurando os serviços de reabilitação e outros, como alfabetização em Braille.

Sr. Raimundo:
"O Instituto é minha casa, todos aqui são minha família".

Endereço: RUA WASHINGTON
LUÍS, 570
Bairro: VILA MARIETA
Telefone: (19) 3231-2136
Região FEAC: CURA DARS/
PROENÇA
E-mail: icctadm@mpc.com.br



Voluntariado para a cidadania

O movimento é intenso no bazar da Casa da Criança Parálítica. As encomendas não param de chegar. A fila de espera por um produto obtido por meio de doações é imensa. “O bazar tem ampliado sua colaboração como fonte de renda para a entidade”, comemora a diretora de voluntariado da instituição, Maria Delta Brito Ramos.

A própria criação de uma Diretoria para coordenar o setor é sintoma de como o voluntariado, como dimensão crucial da cidadania ativa no século XXI, passou a ser encarado com muita seriedade pela Casa da Criança Parálítica, como parte da proposta de aprimoramento da gestão e dos serviços, conduzida pela atual Diretoria, presidida por Odonel Urbano Gonçalves.

“A organização social, em geral, e do setor de pessoas com deficiência em particular, deve buscar uma profissionalização permanente, sob risco de enfrentar sérias dificuldades no atual cenário brasileiro e mundial”, diz o presidente. Uma consequência desta visão é o aumento do número de usuários, de 140, em 2005, para 180, em 2006.

Fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional – e até eventuais cirurgias – são algumas das áreas especializadas oferecidas pela Casa da Criança Parálítica, fundada a 17 de janeiro de 1954, como Sociedade Campineira de Recuperação da Criança Parálítica, tendo apoio fundamental do Rotary Club. O idealizador da iniciativa, Ernani Fonseca, tornou-se o primeiro presidente, no biênio 1954-1956. A ação social, em Campinas, começava a se profissionalizar, após a criação, a 17 de setembro de 1949, da Escola de Serviço Social, por iniciativa do bispo dom Paulo de Tarso Santos. Em 1952, formou-se a primeira turma.

O novo ambiente, na Casa da Criança Parálítica, coincidindo com o incremento ao voluntariado (são 40 voluntários permanentes e 160 esporádicos, em 2006), reflete-se em vários aspectos. Gestão profissional e voluntariado contribuíram no incremento a parcerias com a iniciativa privada. Entre outros, a Microcamp forneceu recursos de informática para a capacitação das crianças.





Atividade monitorada com usuário
da Casa da Criança Parafítica

Endereço: RUA PEDRO DOMINGOS VITALLI, 160
Bairro: PARQUE ITÁLIA
Telefone: (19) 3772-7230
Região FEac: PARQUE ITÁLIA - VILA INDUSTRIAL
E-mail: ccp@ccp.org.br
Site: www.ccp.org.br

O legado do mestre

O Instituto de Pedagogia Terapêutica Professor Norberto de Souza Pinto, fundado em 1960, dá continuidade ao legado do grande inovador na inclusão escolar de crianças com deficiência. Atende regularmente a mais de 80 usuários, a quem oferece múltiplos serviços, executados por uma equipe multidisciplinar, que procura atender em grupos e de forma individualizada, quando necessário.

Os ciclos de desenvolvimento atendem a usuários de 7 até 14 anos, alunos da rede oficial, que, em períodos alternados aos das aulas, recebem suporte técnico (terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, serviço social e pedagógico) na entidade.

O Programa de Formação Profissional tem várias fases, como pré-oficinas, oficinas internas, inserção em estágios e no mercado, de acordo com a legislação. Há preparação em artesanato, serviços gerais, horta, jardinagem e prestação de serviços diversos. Vários usuários já foram inseridos no mercado.

De acordo com a coordenadora-geral Joselene de Souza Pinto, foi intensificado, nos últimos tempos, o trabalho com as famílias dos usuários, cuja maioria é de baixa renda. Estão sendo oferecidas oficinas de artesanato e outras. Também, em função da baixa renda, a sra. Joselene de Souza Pinto entende que um grande desafio é a questão do transporte público, a fim de facilitar a mobilidade dos portadores de deficiência.

O ano em que a iniciativa de Norberto de Souza Pinto – a criação da Escola Primária de Adaptação, inaugurada em 1917 – completa nove décadas, é o momento oportuno para se lembrar da contribuição dele e de tantos que, ao longo da história e em vários países, ajudaram a edificar uma outra postura, um outro olhar da sociedade, em relação aos portadores de deficiência.

No caso específico de Norberto de Souza Pinto, falecido em 1968, sua obra tem continuidade na ação do instituto que leva seu nome. A família de Souza Pinto continua empenhada em manter o importante legado daquele que também foi pioneiro em outra área – fundador, em 1927, da Associação Campineira de Imprensa (ACI), a primeira em São Paulo.

Endereço: RUA PEDRO DOMINGOS VITALLI, 160
Bairro: PARQUE ITÁLIA
Telefone: (19) 3772-7230
Região FEAC: PARQUE ITÁLIA - MILA INDUSTRIAL
E-mail: ccp@ccp.org.br
Site: www.ccp.org.br

Atendimento
multidisciplinar no
Instituto Norberto
de Souza Pinto





Vários olhares pela inclusão

Com mais de 500 alunos, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Campinas), fundada a 10 de dezembro de 1965, desenvolve um dos mais importantes trabalhos de inclusão social de portadores de deficiência em Campinas. Um dos resultados do esforço da APAE é a inserção de dezenas de usuários no mercado de trabalho.

São quatro os principais programas nela desenvolvidos. O “Seja Bem-Vindo” visa à avaliação dos candidatos aos diferentes programas, como Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Profissional.

O Programa de Educação e Estimulação Precoce abrange as crianças de 0 a 4 anos, com os serviços multidisciplinares de fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia, entre outros. O programa inclui vários projetos, como o Colcha de Retalhos, espaço para a troca de experiências entre pais e responsáveis. Foi apresentado no XXI Congresso Nacional das APAEs, no Rio Grande do Sul.

Outro programa é o de Educação Infantil e Ensino Fundamental, destinado às crianças e jovens de 4 a 16 anos. Prevê o suporte terapêutico e atividades em salas de aula, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A preparação para a inserção no mercado de trabalho constitui o quarto programa especial da APAE, o de Educação Profissional. Este apóia-se no treinamento externo e na atuação do Centro de Iniciação e Qualificação Profissional, instalado na unidade da APAE da Vila Aeroporto (unidade Professora Sebastiana Moraes Melo), em uma região de baixa renda da cidade. O programa de inserção no mercado é aplicado, e há módulos nas áreas de artesanato, cozinha experimental, encadernação, higienização ambiental, informática, jardinagem e prestação de serviços, entre outros.

Mais de 300 alunos da APAE-Campinas já foram inseridos no mercado, como os usuários que trabalham no orquidário da Fundação José Pedro de Oliveira, responsável pela manutenção da mata de Santa Genebra, a maior área de vegetação nativa em Campinas, situada no distrito de Barão Geraldo.

Endereço: RUA FRANCISCO BUENO LACERDA, 120
Bairro: PARQUE ITÁLIA
Telefone: (19) 3772-1200
Região FEAC: PARQUE ITÁLIA - VILA INDUSTRIAL
E-mail: apae@feac.org.br
Site: www.apaecampinas.org.br





O lúdico e a saúde, na piscina coberta da APAE



Endereço: AV. ANTONIO CARLOS SALLES JR., 600
Bairro: JARDIM PROENÇA
Telefone: (19) 3255-0764
Região FEAC: PROENÇA/CURA DARS
E-mail: braille@feac.org.br

Sr. Valdir, em oficina de
música no Centro Louis
Braille: arte pela inclusão



Ponto luminoso de cultura

“Minha paixão é o teclado”, confessa Valdir Ribeiro Campos, 55 anos, enquanto ouve, com atenção, o *Capricho nº 3* de Paganini, o maior violinista da história. Os ecos de Paganini, em uma das salas do Centro Cultural Louis Braille, em oficina oferecida por voluntário da UNICAMP, são a confirmação de como a instituição, com cerca de 100 usuários em 2006, vem mostrando cada vez mais arrojo na proposta de inclusão de deficientes visuais ou de baixa visão.

Fundado a 26 de agosto de 1969, o Centro Cultural Louis Braille oferece vários serviços em habilitação e reabilitação, voltados para a construção da autonomia como condição essencial da qualidade de vida e inclusão do usuário, como acentua a coordenadora técnica, Maria Eduarda Silva Leme.

Uma parceria foi estabelecida com três escolas públicas. Os técnicos da entidade dão apoio para que as escolas se preparem adequadamente para receber alunos com deficiência visual ou baixa visão. A inclusão no mercado de trabalho tem sido trabalhada em parceria com a Sorri-Campinas.

A arte-educação e a cultura, de modo geral, são plataformas importantes. “Em eventos e atividades culturais os deficientes visuais ampliam seus horizontes, entram em contato com outras pessoas, e tudo isso facilita a inclusão”, esclarece a coordenadora Maria Eduarda. Oficinas de música, de idiomas (inglês e italiano), artesanato e dança de salão são alguns itens.

Particularmente inovador é o Projeto Cinema em Palavras, iniciado em 1999 como vídeo narrado. A voluntária Maria Cristina Loyola Martins narra filmes para os usuários. *Central do Brasil*, de Walter Salles, abriu o projeto, que passou a ser coordenado por Bell Machado, formada em filosofia. Ela encaminhou ao Ministério da Cultura a demanda para que o Centro Braille se transforme em ponto de cultura. A 26 de agosto de 2005, aniversário da entidade, o Centro Braille tornou-se o primeiro ponto de cultura do país em instituição de portadores de deficiência. Ainda ganhou completo laboratório de informática, equipado com *software* de voz. Mas o ensino do Sistema Braille permanece significativo, no Centro Cultural que, coerente com o nome do grande inventor, faz da inovação instrumento de inclusão social.

Comunicação total pela inclusão

Comunicação total como método de trabalho. Este é o conceito básico que orienta a atuação do Instituto Educacional Dona Carminha, que atende regularmente a mais de 80 crianças e adolescentes com deficiência auditiva.

O instituto nasceu da iniciativa da professora Maria do Carmo Arruda Toledo, a dona Carminha, que procurou meios para promover a inclusão social de uma filha surda. A partir da percepção de que se tratava de uma luta coletiva, conseguiu mobilizar um grupo de 20 pessoas, interessadas na educação e reabilitação de crianças e adolescentes surdos.

Do grupo resultou o Círculo de Amigos dos Deficientes da Audição e da Fala (CADAFA), fundado em 1976. A procura foi cada vez maior, o trabalho se ampliou e o CADAFA conquistou sede própria. Em 2002, o círculo tornou-se "instituto", recebendo o nome da idealizadora.

Na prática, opera como uma escola regular, oferecendo até a 4ª série do ensino básico, como nota a diretora pedagógica Adriana Giraldi Nery. São oferecidas atividades interdisciplinares, envolvendo as áreas escolar, de fonoaudiologia e serviço social.

Para facilitar e potencializar o atendimento, cada classe tem no máximo dez alunos, de acordo com idade e nível de desenvolvimento. Um planejamento específico é igualmente elaborado para cada classe. Aulas de educação física complementam o trabalho pedagógico.

O instituto tem proposta inovadora de abrir salas para receber alunos do sistema formal de ensino. "Nossos educadores estão habilitados a lidar com portadores de deficiência auditiva e também para educar alunos do sistema formal", diz a diretora pedagógica Adriana Giraldi Nery.

A entidade foi muito afetada pelas enchentes em Campinas, a 17 de fevereiro de 2004, o que agravou suas dificuldades de manutenção. Houve um incremento da mobilização, efetuado pela comunidade e pela própria instituição, para a continuidade da excelência dos serviços oferecidos pelo Instituto Dona Carminha. Doações de material escolar são muito importantes, devido à natureza do trabalho executado.





Leitura e escrita em sala
do Instituto Dona Carminha:
educação para
desenvolvimento
integral

Endereço: RUA ALAYDE NASCIMENTO DE LEMOS, 32
Bairro: VILA LEMOS
Telefone: (19) 3252-3611
Região FEAC: PROENÇA/CURA DARS
E-mail: donacarminha@feac.org.br



Oficina pedagógica na
Associação Pestalozzi

Endereço: RUA LAYDE NASCIMENTO DE LEMOS, 570
Bairro: VILA LEMOS
Telefone: (19) 3252-1023
Região FEAC: CURA DARS/PROENÇA
E-mail: pestalozzi@feac.org.br

Uma escola para pessoas especiais

"Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Todo-Poderoso descansará. Direi do Senhor: Ele é o meu refúgio e a minha fortaleza, o meu Deus, em quem confio." Um pôster com o salmo está em destaque em uma das salas da Associação Pestalozzi de Campinas – Escola de Educação Especial. A entidade carrega no nome o tributo a Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), o grande educador suíço que inovou conceitos e defendeu durante toda a vida o desenvolvimento integral e a individualidade da criança.

A Associação Pestalozzi de Campinas mantém um atendimento quase individual a seus mais de 90 usuários, crianças, adolescentes e adultos, portadores de múltiplas deficiências, em grande maioria provenientes de famílias de baixa renda de dezenas de bairros de Campinas. Os alunos são atendidos por um período de quatro horas (manhã e tarde), em grupos de no máximo oito alunos, formados de acordo com faixa etária e desenvolvimento cognitivo. São prestados serviços em fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, fisioterapia e educação física, entre outros. São oferecidos acompanhamento escolar de alunos que frequentam a rede regular de ensino, oficinas pedagógicas e trabalho comunitário.

"Somos uma escola com tudo o que os usuários têm direito, o foco é a educação", reitera a diretora pedagógica Maria Helena van Ray. Uma parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas está proporcionando a abertura de vagas na Associação Pestalozzi para atendimento a alunos da rede municipal com dificuldades de inclusão. "A inclusão educacional é um imenso desafio, as escolas precisam de muita capacitação, as famílias também precisam estar muito preparadas. Mas é uma luta muito importante", resume Maria Helena.

A Pestalozzi de Campinas foi fundada em 1978. Parcerias têm ocorrido com várias empresas. A Bosch contribui com adaptações necessárias para a mobilidade dos cadeirantes, por exemplo. A disponibilidade de cadeiras de rodas a uma população cuja a maioria é de baixa renda constitui, de fato, um dos enormes desafios da instituição e da inclusão no Brasil em geral.



As cores da diversidade

O prédio de fachada multicolorida da sede, na Vila Brandina, reflete a valorização da diversidade, um dos conceitos com que trabalha o Centro de Educação Síndrome de Down (CEESD). A missão da organização é clara: atender a pessoas com síndrome de Down e sua família, criando condições de desenvolvimento global para assumirem uma participação efetiva na sociedade – ou seja, o propósito é a inclusão social, com ênfase cada vez maior na inclusão escolar dos usuários a partir de 3 anos de idade.

Fundado em 1981, o CEESD atende hoje a mais de 100 usuários com síndrome de Down, de várias idades. E a lista de espera sempre foi grande, como destaca a assistente social Maria Goreth de Lima Teixeira. Os outros programas oferecidos são alfabetização e oficinas protegidas terapêuticas, oferecidas por uma equipe multidisciplinar. Das oficinas participam aprendizes com idade superior a 16 anos.

O programa de inclusão escolar é destinado a educandos matriculados na rede regular de ensino. No horário oposto ao da escola, eles freqüentam o CEESD, onde recebem atendimento especializado para assegurar a permanência com qualidade no ensino regular, proporcionando situações que favoreçam seu desenvolvimento. Uma pedagoga faz visitas permanentes às escolas regulares, contribuindo para fortalecer a inclusão dos portadores de síndrome de Down. O CEESD ainda promove pelo menos três grandes encontros anuais, para os quais as escolas são convidadas.

Nos últimos anos, segundo a diretora Elenir Santana Moreira, houve ampliação do trabalho com as famílias, reforçando sua visão com relação aos direitos básicos de todos. Cursos de capacitação gratuitos são oferecidos às famílias, visando ferramentas para a geração de renda.

Inovação importante tem sido o oferecimento de cursos de capacitação em síndrome de Down, organizado pelo Setor de Capacitação Profissional (SECAP) do CEESD. O curso é dirigido a profissionais da instituição e da comunidade e conta com a participação, como docentes, de especialistas de renome, provenientes da UNICAMP e de outras instituições.

Educação física
na quadra de
esportes coberta
do multicolorido
CEESD

Endereço: RUA EZEQUIEL MAGALHÃES, 99
Bairro: JARDIM BRANDINA
Telefone: (19) 3252-9889
Região FEAC: BRANDINA
E-mail: ceesd@feac.org.br
Site: www.ceesd.org.br







Usuários do Instituto Recriar:
busca da cidadania

Endereço: AV. PASCOAL CELESTINO SOARES, 292
Bairro: VILA INDUSTRIAL
Telefone: (19) 3241-1600
Região FEAC: TAQUARAL
E-mail: institutoecriar@ig.com.br



Instituto Recriar: atenção a múltiplas deficiências

O Instituto de Educação Especial Recriar – IEEER foi fundado em 1981 e atende a usuários com múltiplas deficiências, com distúrbios de aprendizagem, hiperatividade e visão subnormal, além de autistas, entre outros casos. A preparação para a rede regular é um dos principais eixos de atuação. São oferecidos alfabetização e apoio escolar e oficinas pedagógicas para adultos.

Como nota a coordenadora técnica-administrativa Andréa Paula Moraes dos Santos, é fornecido apoio técnico aos usuários que estão inseridos na rede escolar. No primeiro semestre de 2006, o instituto contava com 43 usuários.

A coordenadora entende que a inclusão escolar é essencial, uma condição de cidadania, mas deve ser feita de forma muito adequada para evitar a frustração no aluno. Para isso, é fundamental a capacitação no âmbito da escola – e também modificações até na estrutura física das unidades escolares –, mas igualmente na esfera das famílias, e o Instituto Recriar está atento a estas demandas. O programa de apoio às escolas é recente na instituição, indicando como a entidade está focada de fato na cidadania integral e no desenvolvimento humano.

Como grande parte das entidades sociais, o Instituto Recriar passou por dificuldades de manutenção, mas tem recebido constante apoio da comunidade e de instituições como a própria Fundação FEAC e Prefeitura Municipal de Campinas. A fila de espera é sempre longa, para inserção nos programas, conduzidos por uma equipe multidisciplinar com vários profissionais.

A coordenadora Andréa Paula Moraes dos Santos considera que um dos grandes desafios para a inclusão plena refere-se à faixa etária adulta, pois a maior parte dos programas existentes está direcionada à infância e à juventude, em função, entre outros motivos, das grandes mudanças introduzidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. De fato, existe a expectativa, entre especialistas do setor, de que a consolidação das diretrizes previstas no Estatuto do Idoso, sancionado em 2003, leve à maior atenção, por parte da sociedade, aos idosos e, particularmente, aos idosos portadores de deficiência e necessidades especiais.

Múltiplas deficiências, amplos desafios

Com mais de duas décadas de atuação, o Centro Educacional Integrado (CEI) atende a usuários com múltiplas deficiências desde o nascimento até a idade adulta. O CEI promove a educação especial dos alunos, em dois períodos de quatro horas. São prestados serviços em fisioterapia, fonoaudiologia, e terapia ocupacional, além do projeto pedagógico. A equipe de assistente social e psicólogo trabalha com os familiares. Seu foco de atuação é o trabalho interdisciplinar com os portadores de múltiplas deficiências e sua família. A equipe multidisciplinar é composta por assistente social, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, pedagogo, psicólogo, terapeuta ocupacional.

Estes são os programas oferecidos:

- Atendimento Preventivo – Admissão na faixa etária de 0 a 4 anos. Atendimento interdisciplinar.
- Acompanhamento Educacional – Trabalhar as dificuldades de aprendizagem de alunos matriculados na rede regular de ensino.
 - Apoio aos profissionais da escola.
 - Encaminhamento de alunos à rede regular de ensino
- Escola de Educação Especial – Atendimento de 4 horas diárias. Níveis Maternal I e II, Jovens I, II e III.
- Educação para Jovens e Adultos – Propiciar situações para favorecer a autonomia dos alunos.

A busca da autonomia é, de fato, uma das linhas de trabalho do CEI. E a entidade também luta muito, institucionalmente, por sua manutenção. Vários setores da comunidade apóiam a entidade. A Cruzada das Senhoras Católicas legou parte de seu patrimônio para o CEI e, por isso, a entidade passou a acrescentar ao seu nome o do padre Santi Capriotti.

A equipe busca manter elevada a auto-estima dos usuários e a alegria no ambiente de trabalho, nota a coordenadora Deisy Eugênia Ardiles Vega. Na véspera do Carnaval de 2006, os educadores estavam trabalhando o tema com os usuários. O entusiasmo com as máscaras e cores do Carnaval contagiava crianças e jovens. A inclusão passa necessariamente pela cultura.

Endereço: RUA 14 BIS, 123
Bairro: JARDIM CHAPADÃO
Telefone: (19) 3284-3646
Região FEAC: CENTRO
E-mail: cei@feac.org.br





CEI trabalha com o desafio das múltiplas deficiências

Inovação permanente pela inclusão

Em 2002, a campineira Fabiana Harumi Sugimori emocionou o Brasil, ao se tornar a primeira atleta do país a receber uma medalha de ouro nas Paraolimpíadas, durante os Jogos Olímpicos de Sidney, Austrália. Ela foi a vencedora da prova de 50 metros livres, considerada a mais disputada em competições olímpicas.

Logo, Fabiana Sugimori, que tem deficiência visual decorrente de uma fibroplasia, tornou-se um dos principais símbolos dos milhões de



portadores de deficiência brasileiros. A atleta estava comprovando como a inclusão social das pessoas especiais tem avançado no Brasil, apesar das inúmeras dificuldades ainda existentes.

Fabiana é um dos cinco primeiros alunos da Pró-Visão – Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual, fundada em 1982, a qual, durante os primeiros anos, funcionou nas instalações do Colégio Batista, até a compra de uma sede própria. Terezinha von Zuben e Vilma Martins Machado foram as educadoras que iniciaram o trabalho.

O atendimento aos usuários (64 no primeiro semestre de 2006, com 820 atendimentos/mês) é feito por uma equipe interdisciplinar, com profissionais especializados como reeducadores visuais, professores de orientação e mobilidade, fonoaudiólogos, professores de educação física e natação adaptada, assistente social, fisioterapeuta, psicólogo, pedagogos especializados e terapeuta ocupacional.

Inovações estão sendo introduzidas no trabalho da organização, como forma de contribuir ainda mais para promover a inclusão social dos usuários, salienta a coordenadora do Pró-Visão, Maria Cristina von Zuben, assistente social com mestrado e doutorado em filosofia da educação pela UNICAMP.

Uma das mudanças é a ampliação da faixa etária atendida, que era de até 12 anos e foi alterada para até 18 anos incompletos, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “Uma resposta mais rápida aos serviços prestados pela entidade, para acelerar os estímulos e a própria inclusão, é outro desafio”, diz a coordenadora.

Atividade em piscina da Pró-Visão: preparando o futuro, que é hoje

Endereço: AV. ANTÔNIO CARLOS
SALLES JR., 580
Bairro: JARDIM PROENÇA
Telefone: (19) 3254-4648
Região Feac: CURA DARS/PROENÇA
E-mail: provisao@feac.org.br
Site: www.provisao.org.br



Cidadania, a grande meta

“O grande diferencial é que desde o início a Fundação Síndrome de Down enfatizou a área educacional e não o assistencialismo. Nesses anos de atividades a Fundação vem procurando cumprir a missão de desenvolvimento global do portador de Síndrome de Down e de ser agente transformador para que a sociedade brasileira incorpore e respeite a diversidade humana. Este é o grande foco, que podemos traduzir por redesenhar a perspectiva de vida dos portadores de Síndrome de Down. O objetivo é a construção da cidadania, em que os portadores de Síndrome de Down possam lutar e exigir seus direitos”.

Desta forma, o vice-presidente administrativo da Fundação Síndrome de Down (FSD), Ulysses Moraes de Oliveira, resume o conceito básico que norteia a instituição, desde sua criação, em 1985, por pais que, angustiados com a falta de perspectiva educacional para seus filhos, decidiram iniciar um programa com apenas três crianças (de 6 meses a 2 anos de idade). O próprio Ulysses era um desses pais.

Ao longo do tempo, foram sendo criados programas e projetos voltados para cada etapa da vida dos educandos, à medida que eles foram crescendo. Desde 1998, por exemplo, a FSD promove a inclusão dos alunos no ensino regular, e dezenas deles foram incluídos.

Depois, veio a preocupação com a inclusão no mercado de trabalho, considerando que os alunos já estavam ingressando na faixa etária correspondente. Paulatinamente foram criadas as oficinas, até a estruturação, por exemplo, da Cartonaria Diferentes Papéis.

Em 2006, a Fundação oferece, aos 130 usuários, serviços especializados nas áreas de fonoaudiologia clínica e escolar, fisioterapia e hidroterapia, pedagogia especializada, psicologia, terapia ocupacional, educação física adaptada, além da assessoria às escolas regulares e ao mercado profissional. A gerente técnica das oficinas, Alcione Apolinário Januzzi, nota que a FSD está agora intensificando opções de lazer aos alunos, de novo considerados pela faixa etária. “Eles são cada vez mais autônomos, já conhecem um eclético roteiro de barzinhos”, destaca.





Cidadania com valorização da diversidade, o olhar da FSD

Endereço: RUA JOSÉ ANTÔNIO MARINHO, 430
Bairro: BARÃO GERALDO
Telefone: (19) 3289-2818
Região FEAC: BARÃO GERALDO
E-mail: fsdown@fsdown.org.br
Site: www.fsdown.org.br

Atenção à individualidade na diferença

Cada pessoa é única e, no âmbito dos portadores de deficiência auditiva, cada caso é um caso, indo de situações de surdez moderada a profunda. Com essa atenção especial trabalha a Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas – APASCAMP, entidade criada em 1986, com mais de 3 mil usuários cadastrados que atende a cerca de 450 pessoas por ano.

A educação auditiva é um dos focos dos serviços prestados, pelos setores de Audiologia Educacional, Apoio Pedagógico e Audiologia Clínica. Todos os setores, inclusive de Audiologia Clínica, possuem uma equipe multidisciplinar, com profissionais em fonoaudiologia, otorrinolaringologia e outros.

A APASCAMP mantém um programa de doação de aparelhos, sem limite de idade. Este é um dos grandes desafios, pois os aparelhos são caros. O analógico está entre R\$ 2.500,00 e R\$ 3.000,00, e o digital, entre R\$ 3.000,00 e R\$ 6.000,00, em média. A manutenção também é cara, sobretudo do aparelho digital, que necessita de *software* específico. A maior disponibilidade e acesso aos aparelhos, para os deficientes de auditivos de famílias com vulnerabilidade social, torna-se, assim, nesse sentido um dos desafios para a inclusão plena nesse segmento.

Outro desafio é difundir a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). A APASCAMP oferece dois cursos básicos anuais, mas o curso avançado, para formação técnica na área, é ministrado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Difundir a LIBRAS nas escolas da rede pública é, então, uma meta essencial, para que se assegure a inclusão educacional integral das pessoas com deficiência auditiva.

Cerca de 50 usuários do programa de reeducação auditiva da APASCAMP estão incluídos na escola regular.

O atendimento sociofamiliar é feito regularmente com cerca de 550 famílias/ano. O trabalho com as famílias é fundamental, como nota a fonoaudióloga Valéria Maria Fusch Ferreira. São promovidos, geralmente, quatro grandes encontros anuais, com as famílias inscritas no programa de reeducação auditiva, para o debate de vários temas, além dos atendimentos individuais.

Endereço: RUA ROUXINOL, 175
Bairro: VILA TEIXEIRA
Telefone: (19) 3242-9900
Região FEAC: PARQUE ITÁLIA - VILA INDUSTRIAL
E-mail: apascamp@feac.org.br





Usuário da APASCAMP em atividade educativa.

Foco na profissionalização

A Sorri-Campinas é uma das entidades que mais atuam na inclusão no mercado, o que segundo a gerente executiva Maria Olímpia da Silva Machado Luz recebeu enorme impulso com o Decreto nº 3.298, de 1999, que regulamentou a Lei nº 8.213, de 1991. Após o decreto, o encaminhamento de especiais para o mercado pela Sorri aumentou gradativamente, de uma média de 14 por ano, antes de 1999, para 18 em 2000, 24 em 2001, e de 62 pessoas encaminhadas em 2002, número que depois aumentou. Em 2005, foram mais de 140 incluídos.

Em 2006, somente no mês de janeiro houve mais de 20 inclusões, indicando como a legislação tem impulsionado o setor. Em função da própria legislação e das modificações no mercado, a Sorri mudou sua metodologia de trabalho e, hoje, está oferecendo os cursos de orientação para o trabalho e de Informática, entre outros.

No orientação para o trabalho os usuários – em média 220 por mês – recebem noções gerais sobre as exigências do mercado e contam até com um módulo de Ética. A Sorri desenvolve um esforço de identificação dos potenciais de cada usuário e, ao longo do curso, os profissionais da entidade detectam dificuldades que precisam ser superadas. Em razão das exigências do mercado, a Sorri estimula a escolaridade dos usuários, que necessitam ter no mínimo a 4ª série do ensino fundamental.

Os usuários que foram inseridos no mercado, mas, por alguma razão, não tiveram condições de prosseguir, regressam à Sorri para oficinas de requalificação. “A empresa às vezes tem até ansiedade de inclusão, nosso papel é fornecer toda a orientação para que seja uma inserção correta e não haja frustração depois, da empresa e principalmente do usuário”, salienta a gerente executiva.

Várias empresas têm sido parcerias da Sorri-Campinas. Pessoas com deficiência que passaram pela entidade também adquiriram iniciativa, após a devida capacitação, de buscar alternativas de geração de renda, e uma delas resultou na COOPERDIVECAMP – Cooperativa da Diversidade de Campinas. A Sorri-Campinas foi fundada em 2 de dezembro de 1987.



Endereço: RUA ROUXINOL, 195
Bairro: VILA TEIXEIRA
Telefone: (19) 3243-0926
Região Feac: PARQUE ITÁLIA - VILA INDUSTRIAL
E-mail: sorri@feac.org.br
Site: www.sorricampinas.org.br



Oficina de Informática na Sorri-Campinas: de olho no mercado



Usuária da ADACAMP em atividade de estímulo por meio da música



Rumo à referência regional

Fundada em maio de 1989, a Associação para Desenvolvimento dos Autistas em Campinas – ADACAMP, trabalha no desenvolvimento integral de pessoas com síndrome de autismo. Mantém vários programas, como Estimulação Infantil, Educação Especial (contando com equipe com vários profissionais de pedagogia), Inclusão Social e Habilitação para Adultos. Contava com 60 usuários no início de 2006.

A organização busca a independência do usuário, a preparação para a vida prática, assinala a diretora-técnica Argene Maria Virgili Lemos. Educação física e esportes em geral são atividades oferecidas. Uma parceria com unidade do Serviço Social da Indústria (Sesi) garante o acesso a piscinas e outras instalações.

Atividades permanentes são mantidas com os familiares dos usuários. “A família é fundamental, por exemplo na inclusão escolar”, nota a diretora-técnica. Assim, a equipe técnica da ADACAMP está sempre pronta a oferecer assessoria às famílias e também às escolas, visando à inclusão educacional, que de qualquer modo ainda é um grande desafio, apontando para a necessidade de maior capacitação das escolas, entende a diretora-técnica.

A ADACAMP é a única entidade que lida com autismo na região de Campinas, e este é um dos motivos pelos quais está empenhada em se tornar um centro de referência regional em sua área de atendimento. Calcula-se que em Campinas existam cerca de 300 pessoas com autismo.

A inovação é uma preocupação permanente da organização. Um exemplo é o trabalho de zooterapia, com voluntários atuando junto aos usuários.

Mas a entidade também tem atendido a outros casos, como de uma usuária com síndrome de Rett, uma anomalia genética com efeitos progressivos, que causa desordens de ordem neurológica e verifica-se apenas em crianças do sexo feminino. É um claro sinal de como a inclusão social, considerando o amplo espectro das deficiências físicas, ainda depende de um amadurecimento e uma preparação muito maior da sociedade brasileira.

Endereço: RUA PADRE FRANCISCO ABREU SAMPAIO, 349
Bairro: PARQUE ITÁLIA
Telefone: (19) 3272-7889
Região FEAC: PARQUE ITÁLIA - VILA INDUSTRIAL
E-mail: adacamp@feac.org.br

Terceiro movimento – os desafios da inclusão e ação em rede: o Projeto VIVA

“Uma cidade inclusiva depende da humanização das condições de vida. As pessoas vivem hoje para si mesmas, para seus interesses, e precisamos caminhar para a solidariedade. Neste sentido, é fundamental o compartilhamento de uma visão de mundo inclusiva, por parte de todos os segmentos formadores de opinião na sociedade, como escola, igrejas, imprensa e demais instituições.

Outro passo importante é a valorização das diferenças, é o reconhecimento de que todos reagimos de maneira diferente às situações de exclusão. Com a valorização das diferenças, superamos a exclusão, que se caracteriza por exemplo quando a criança especial é vista na escola como o outro, e não como um igual, apesar de nossas diferenças. O que nos iguala é a diferença e, por isso, é necessário cultivar a tolerância.”

Estas afirmações são de Maria Teresa Egler Mantoan, professora-doutora da Faculdade de Educação da UNICAMP, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED, da mesma universidade. Uma das principais referências acadêmicas sobre o tema da inclusão, Mantoan resume o grande desafio que é a valorização das diferenças como um dos grandes pilares da cidadania plena em um país como o Brasil.

Após a luta pioneira de nomes fundamentais como Louis Braille, em uma cidade com o porte e a característica de Campinas, como Norberto de Souza Pinto, houve avanços notáveis na luta pela inclusão, ao longo do século XX, em função da evolução das organizações da sociedade civil, de uma postura assistencialista para a defesa da cidadania integral, associada ao desenvolvimento humano integral.



Programas especializados de Informática para Portadores de Deficiência Visual facilitam inclusão educacional

A inclusão das pessoas com deficiência é essencial nesse cenário e, na transição de milênios e de séculos, do século XX para o XXI, destaca-se sobretudo a temática da inclusão educacional e da inclusão no mundo do trabalho. A educação como ferramenta central do desenvolvimento humano integral. A profissionalização como ferramenta para a geração de renda e qualidade de vida. O Terceiro Movimento, rumo à formação das redes de inclusão, dentre os quais o Programa Viva é um notável exemplo, inclui então as dimensões da inclusão educacional e da inclusão no mundo do trabalho. Avanços legais, transformações políticas e outros ingredientes levaram a tecnologias sociais importantes nessas áreas.



A inclusão educacional

A mesma Maria Teresa Egler Mantoan sintetiza a relevância da inclusão educacional, como crucial à inclusão plena e à cidadania: "A inclusão escolar é realmente essencial, porque na escola se formam muitos valores, da criança e do adolescente; é onde geralmente se faz a transição do privado, da família, para o público, para a sociedade. No Brasil, nós temos um país relativamente híbrido, por causa da miscigenação racial, mas sem esquecer que temos uma história de escravidão. De qualquer modo, estamos menos endurecidos por uma busca de hegemonia, como os europeus e norte-americanos. Ainda temos uma visão, mais romântica, de que vivemos todos juntos e, por isso, precisamos nos ajudar, apesar das diferenças de raça, religião e etnias. Mas é claro que ainda temos muita exclusão no Brasil, que demanda um maior envolvimento dos vários segmentos na busca da inclusão".

No Brasil, após o pioneirismo de organizações como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em meados do século XIX, e de iniciativas como a Escola Primária de Adaptação, de Norberto de Souza Pinto, na Campinas de 1917, a educação especial passou a ser assumida efetivamente, pelo Estado brasileiro, somente em 1957. Quatro anos depois, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação incluía dois artigos, de números 88 e 89, consagrando o direito das pessoas com deficiência à educação formal. Aspecto de destaque é que o artigo 89 apontava para o apoio público as organizações sociais que lidavam com a educação especial. Já era um reconhecimento do papel estratégico da sociedade civil.



Durante o governo militar, a educação especial passou em grande parte para a esfera das organizações sociais, embora novos avanços legais tenham sido observados, na Constituição de 1967 e na Lei de Educação de 11 de agosto de 1971, para os ensinos de 1º e 2º graus, que aponta os Conselhos Estaduais de Educação como responsáveis por assegurar a educação das pessoas com deficiência. E, em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), vinculado ao Ministério de Educação e Cultura.

O processo de redemocratização, com o fim do governo militar em 1984, foi um momento muito rico no que se refere ao avanço de lutas sociais em várias áreas e, também, à inclusão dos portadores de deficiência. O ambiente refletiu-se no avanço da reflexão sobre a educação especial, e a Constituição de 1988 assegurou vários direitos para os portadores de deficiência, inclusive na área da educação especial. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos termos da Lei nº 8.069/90, serviu como importante plataforma para a educação integral como instrumento de cidadania plena da infância e juventude e, também, em termos da inclusão dos portadores de deficiência. E a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, de 1996, introduziu importantes inovações, a partir de um capítulo todo dedicado à educação especial.

As organizações sociais que atuam na inclusão têm procurado, neste cenário, aprimorar de modo permanente os esforços na educação especial, assessorando escolas públicas regulares ou aplicando internamente, em seus processos pedagógicos, inovações apontando para a cidadania plena e ativa.

O vice-presidente e um dos idealizadores da Fundação Síndrome de Down, Ulysses de Oliveira, nota que a instituição procura a prática democrática interna, fortalecendo o protagonismo e a autonomia dos educandos, nos termos do que tem sido desenvolvido, por exemplo, pela Escola da Ponte, em Portugal. A FSD promoveu, inclusive, a vinda ao Brasil de José Pacheco, coordenador-geral da Escola da Ponte, exatamente para discutir, em um seminário em Campinas, os conceitos da inclusão escolar praticada na instituição portuguesa. "Nós procuramos uma Educação visando à capacitação para a vida, e isso está refletido até nas instalações da fundação. Nas salas de aula integradas, os móveis e estantes estão na altura das crianças. Colocamos a biblioteca na altura deles para que possam mexer livremente", nota Oliveira.

"Em resumo, entendemos que a sociedade deve se preparar para aceitar e defender a beleza da diferença, entender que o que une é a diferença. E, nesse sentido, considerar que todos nós, deficientes ou não, temos recursos que às vezes estão invisíveis e que podem ser potencializados. Isso é dar nova perspectiva de vida, é redesenhar a perspectiva de vida", conclui o vice-presidente da Fundação Síndrome de Down, resumindo o sentido da educação especial, que mais e mais, vem sendo perseguida e construída pelas organizações da sociedade civil.

A inclusão profissional

A capacitação profissional sempre foi uma preocupação das organizações sociais que trabalham pela inclusão de pessoas com deficiência. O Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores, de 1933, indica no nome que, desde o início, tem a proposta de promover a profissionalização de seus usuários. Uma das fortes iniciativas do instituto, para isso, ao longo da história, foi a Oficina de Vassouras, que já promoveu importante geração de renda para a instituição, além de contribuir para a capacitação dos usuários. Ao longo deste ano de 2006, a diretoria do instituto está reativando a Oficina de Vassouras com materiais alternativos.

Outras organizações, como a Sorri-Campinas e a APAE, sempre dedicaram, igualmente, ênfase especial na inclusão profissional. A APAE tem um importante Programa de Educação Profissional, tendo como recurso básico o Centro de Iniciação e Qualificação Profissional (CIQP). O Programa de Educação Profissional tem duas etapas:

1ª etapa – Centro de Iniciação e Qualificação Profissional - CIQP

Atende alunos a partir de 16 anos de idade, garantindo aos educandos, por meio de atividades diversificadas, a sensibilização necessária à aprendizagem e ao desenvolvimento de habilidades e capacidades, qualificando-os profissionalmente para a efetiva inserção no mercado de trabalho. Os alunos, gradativamente, adquirem consciência de seu papel enquanto ser social, pleno de direitos e deveres. Todas as atividades são realizadas sob a orientação de instrutores capacitados, em módulos anuais, com duração de quatro horas diárias, apoiados pela informática, pedagogia e a supervisão de terapeuta ocupacional.

A fim de incentivar a prática da solidariedade a APAE-Campinas possui o programa "Repartindo o Pão". Nele, os alunos da culinária confeccionam pães e bolos que são doados às instituições que atendem crianças carentes e idosos.





Educandos na cozinha experimental da APAE Campinas: orgulho de Paulo Antônio César Tozzi, ao mostrar deliciosa receita, herança da mãe, a tia Zulmira, que dá nome ao espaço

2ª etapa - Treinamento externo

A partir das habilidades desenvolvidas no CiOP, os alunos são inseridos em programas de treinamento (aprendizagem) em *empresas parceiras*: privadas, públicas e autarquias –, a fim de proporcionar o conhecimento e vivenciar as atitudes e hábitos imprescindíveis no desempenho de atividades laborais.

O Programa de Educação Profissional da APAE-Campinas considera sete passos para a inserção no mercado de trabalho:

- 1º passo: visita ao campo de trabalho;
- 2º passo: estudo da função e pré-seleção dos alunos;
- 3º passo: orientação às famílias;
- 4º passo: agendamento da entrevista para seleção do candidato;
- 5º passo: palestra de sensibilização;
- 6º passo: acompanhamento no primeiro dia de trabalho;
- 7º passo: acompanhamento e orientação às empresas durante os três meses de experiência.

Diversas empresas privadas e públicas de Campinas e região já receberam educandos da APAE. Entre elas, podem ser citadas:

- 3M do Brasil
- PUC-Campinas
- E.T.E. – Piçarrão
- E.T.E. – Vó Pureza
- SETEC Saudade
- SETEC Amarais
- SETEC Mercado
- Brasway
- CAVO
- Cigana Cosmético
- Círculo Militar
- DPaschoal
- Demano´s
- EPTV
- Furacão Automotivas
- Galena
- Gim Embalagens
- Guabi
- Hopi-Hari
- Sincontron
- Singer
- Spasso Cosméticos
- Sodexho
- Supermercado Galassi
- Tempo Veículos
- UNIMED Campinas
- Varejão Oba

A Fundação Síndrome de Down também está atenta à inclusão no mercado de trabalho. O primeiro aluno inserido no mercado foi Victor Azevedo Andreucci, desde 1999 na loja McDonald's de Barão Geraldo. "Logo ele já estava integrado, conhecendo e dominando todos os processos", informa o proprietário da loja, João Alberto Saltini, que destaca a capacitação dada pela FSD. O vice-presidente e um dos criadores da FSD, Ulysses de Oliveira, explica a perspectiva que a instituição adota nesse sentido:

"Entendemos que a inclusão não pode ser feita apenas por força de lei. As entidades devem se esforçar para mostrar que os deficientes são capazes de *n* coisas. E a empresa tem que perceber que a inclusão é boa para ela. Uma empresa de papel chamou os nossos adolescentes para conhecerem a empresa no Dia do Voluntário. Um dos alunos nossos disse: 'Por que eles não vêm aqui?' Então nós montamos três linhas de trabalho de cartonaria e convidamos 60 funcionários para virem até a fundação. Na hora em que os adolescentes começaram a dizer para eles: 'Olha, não está colado direito!', a mudança foi enorme para essas pessoas. Fizemos uma reunião de avaliação no final e eles nos disseram: 'Tomamos um banho aqui. Saímos muito mais felizes'. Então você joga o preconceito na lona. Os diferentes sabem fazer as coisas. A empresa é nossa parceira até hoje".



O grande incremento para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho foi dado pela Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. A legislação estipula a destinação de:

- 2% das vagas para pessoas com deficiência em empresas com até 200 empregados
- 3% em empresas de 201 a 500 empregados
- 4% em empresas de 501 a 1.000 empregados
- 5% das vagas em empresas acima de 1.001 empregados

Na época o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, sediada em Campinas, o dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca exerceu importante papel nos debates em torno da regulamentação da Lei nº 8.213/91, estipulando vagas para a inclusão de portadores de deficiência no mercado de trabalho.

Com a ativa participação do dr. Tadeu Marques da Fonseca e, em seguida, de outros procuradores, o Ministério Público do Trabalho tornou-se, em Campinas, importante parceiro de discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado. A instituição tornou-se, em suma, um dos elos da rede criada na cidade para promover a inclusão. Estavam lançadas as sementes para o Projeto Viva.

Oficina de teatro no
CEEAD: diversidade
cultural espelha redes
da inclusão

Tecnologia de última geração

O frenético avanço das tecnologias de informação tem sido muito positivo para a inclusão das pessoas com deficiência, no âmbito da educação e capacitação para o mundo do trabalho. Dois exemplos verificados em Campinas:

Na *Casa da Criança Parálitica*, usuários são capacitados pelo método PCS (de *Picture Communication Symbols*, em inglês).

No Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores funciona um curso de Informática para portadores de deficiência visual, em que é utilizado o *software* desenvolvido pela Fundação Bradesco, batizado de *Virtual Vision*.

Espaço da Oficina de Vassouras no Instituto dos Cegos Trabalhadores



Projeto VIVA: ação em rede, proatividade pela inclusão

O pioneirismo de algumas pessoas e grupos, a ação das entidades sociais do setor e os avanços legais, particularmente a partir da Constituição de 1988, do ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas, nos termos da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro 1993) e da legislação estipulando a inclusão no mercado de trabalho, criaram um ambiente propício em Campinas. E a Fundação FEAC, que historicamente tem a vocação de aglutinar instituições e esforços na área social, tornou-se motivadora de uma rede de inclusão, notadamente no mercado de trabalho, mas também discutindo outros assuntos, como a mobilidade.

Ano-chave foi o de 1999, véspera do simbólico ano 2000 – referente a mudanças, passagem de séculos e milênios – e ano da regulamentação da lei de inclusão no mercado de trabalho. Também em 1999 houve a criação, em Campinas, do Conselho Municipal de Atenção às Pessoas com Deficiência e com Necessidades Especiais (CMADENE), nos termos da Lei Municipal nº 10.316 de 09 de novembro de 1999. O CMADENE é o sucessor da Comissão Municipal de Integração do Deficiente (COMIND), um ensaio de articulação que esteve em atividade entre 1986 e 1999 – Campinas foi uma das primeiras cidades brasileiras a ter um órgão municipal buscando ações integradas no setor.

O CMADENE é um nítido indicador de como a comunidade de Campinas intensificou, desde o final do século XX, as articulações que visam a ações integradas pela inclusão da pessoa com deficiência. O ex-presidente do CMADENE, Vinícius Gaspar Garcia, assinala como o Conselho representou um avanço, na medida em que os próprios portadores de deficiência passaram a ter assento no órgão. Ele explica como este passou a atuar em Campinas:

“Nós temos uma instância legítima, que é o Conselho Municipal, com 14 representantes da sociedade civil e 14 do poder público. Várias entidades estão como representantes da sociedade civil. É um espaço, um fórum legítimo para esse tipo de cobrança. Nós temos uma relação de parceria com o poder público mas não é de submissão. É um espaço para chamar todos os atores envolvidos e desenvolver esse tipo de discussão. O objetivo do Conselho é justamente formular, avaliar e coordenar as políticas públicas. É um objetivo amplo, mas que confere grande responsabilidade para nós que participamos”. Fernando A Montanari, outro ex-presidente do CMADENE, também deu importante contribuição para o reconhecimento e visibilidade do órgão.

Nesse mesmo ano de 1999, de criação do CMADENE, o então presidente da diretoria-executiva da Fundação FEAC, Leôncio Menezes, recebeu, durante visita ao Centro Louis Braille, o estímulo para que a instituição promovesse ampla reflexão sobre o aprofundamento de ações integradas pela inclusão dos portadores de deficiência em Campinas.

Assim, a Fundação FEAC, por meio do Departamento de Gestão Social (depois Departamento de Desenvolvimento Social e Educacional – DDSE), iniciou a partir do segundo semestre de 1999, um processo de sensibilização e mudança de paradigmas sobre a temática da empregabilidade e mercado de trabalho para pessoas portadoras de deficiências e/ou com necessidades especiais. Naquele semestre, foram promovidos três fóruns de debates com o tema “Empregabilidade e mercado: experiências e perspectivas para os deficientes”. Com base nas discussões, foi criada a Comissão de Entidades Filiadas à FEAC, deste segmento de atuação, para discussão do Projeto Viva/2000.

O nome da iniciativa diz tudo a respeito de sua plataforma: “Vida Independente para Viver o Amanhã”. Como diz a coordenadora do programa desde o início, Maristela Lara Dante Weffort, o foco é a autonomia, o protagonismo do portador de deficiência e necessidades especiais. É o salto definitivo desde o assistencialismo até a perspectiva da cidadania plena e ativa.

Nos momentos iniciais, no apoio às discussões e elaboração do Projeto, participaram os técnicos das 15 entidades filiadas do segmento de pessoas com deficiência, Dr. Darcy Paz de Pádua, Rita de Cássia Angarten Marchiore, Maria Aparecida Mansur S. Lima, Márcia Maria Pala de Lima e Maria Bernadete Gonçalves de Souza.

No apoio à elaboração e execução do Projeto, participaram Rosemari Simalha Scarabotto, Valéria Aparecida Rodrigues, Oswaldo Baglioni, no período de 2000-2002. No ano de 2003, participou Telma Aparecida Alegretti Bonaparte Martins. E a partir de 2004, começou a participação da pedagoga Silvia Elena Basetto Villas Boas.

ANO 2000

Ano de lançamento do projeto, de promover sua visibilidade e de começar a concretizar a rede de relacionamentos, aproximando e unindo vários parceiros.

- Lançamento do Projeto, durante o I Fórum de Debates 2000 – Empregabilidade e mercado – experiências e expectativas para deficientes, realizado em 2 de março de 2000 com a palestra central: “Verdades e inverdades da deficiência – Limites do outro ou meu medo?”, feita pelo dr. Williams Antonio H. Valentine Jr., médico psiquiatra, superintendente do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, secretário nacional da Associação Mundial para Reabilitação Psicossocial – WAPR.

Onze reuniões mensais da Comissão dos Representantes das Entidades e Técnicos do DGS, fortalecendo e alinhando internamente, na rede FEAC, conceitos e perspectivas de atuação.

- Aproximação com os parceiros do mesmo segmento, visando à formação da rede de discussão e operação: CMADENE, INSS - URRP, Poupatempo (Secretaria do Trabalho – banco de dados para deficientes), Prefeitura Municipal de Campinas – banco de dados, cursos de profissionalização, pró-rendas, SEBRAE, Organização GELRE, PADEF-SP.

- Contatos com os possíveis parceiros de qualificação profissional: SENAC-Campinas/São Paulo, SENAI, centros pré-profissionalizantes PMC e profissionalizantes Educandário Eurípedes, Fundação Bradesco, MEC, SERT, atendimentos especializados, públicos e privados para deficientes, como, por exemplo, hidroterapia, equoterapia, saúde, educação, área jurídica, publicações científicas
- O I Encontro com Famílias, a 16 de setembro, para esclarecer às famílias dos direitos e deveres da pessoa com deficiência.
- O I Seminário, a 27 de outubro, para esclarecer sobre as formas de empregabilidade: CLT, microempresário, cooperado, associado e o perfil exigido pelo mercado de trabalho.
- O Censo 2000 nas entidades filiadas, no segmento de portadores de deficiência, para diagnosticar o usuário atendido, pesquisar a qualidade de atendimento oferecido nas entidades frente às exigências do mercado de trabalho (escolaridade, cursos de especialização, postura profissional). Os resultados do censo foram divulgados a 22 de novembro, na FEAC, quando foi promovida uma grande reflexão sobre o que avançara ao longo do ano e os desafios para 2001.

ANO 2001

Ano de reforçar a aproximação entre os parceiros, de aprofundar a capacitação e inclusão no mercado de trabalho.

- No dia 7 de março, abertura do projeto e assinatura do termo de compromisso entre FEAC e entidades do segmento de portadores de deficiência em um *banner*.
- Continuidade das reuniões das comissões de famílias e empregabilidade, criadas no ano anterior.
- Reunião com possíveis parceiros na área da educação, como FUMEC, Alfabetização Solidária, PMC.
- No dia 23 de agosto, II Seminário de Empregabilidade: Como estamos... Para onde vamos?
- Capacitação de 30 pessoas no Curso de Comunicação Suplementar e Alternativa realizado em parceria entre FEAC e ADACAMP.
- Realização de Palestra – Projeto Cidadania, parceria com ORHION.
- No dia 27 de outubro, II Encontro de Famílias de Pessoas Portadoras de Deficiência, na APAE-Campinas. Participaram 200 famílias.
- Alguns resultados do projeto nas entidades e na FEAC ao longo do ano:
 - 52 usuários beneficiados com a inauguração do Centro de Iniciação e Qualificação Profissional da APAE.
 - 160 usuários da Associação Cornélia Maria em fase de reestruturação para montagem de cooperativa.

- 40 pessoas participam de curso de Sinais aberto para famílias e comunidade, realizado no Instituto Dona Carminha.
- 120 usuários passam a ler jornais em Braille, sobre as idéias e trabalhos da área.
- 60 usuários aprimorados no Programa de Formação para o Trabalho na Sorri-Campinas;
- 374 usuários de entidades sociais que estão no Projeto Viva, prestando serviço em diversos segmentos da sociedade; como exemplo, Mac Donald´s, Danone, Orsa, PMC, Enxuto, Lava Rápido e outros;
- 30 usuários beneficiados com o curso de Informática, realizado em parceria com a Fundação Bradesco e Instituto dos Cegos Trabalhadores.
- Aproximação com novos parceiros, como o Ministério Público do Trabalho, Poder Público Municipal-SMAS e SMS, Subdelegacia do Trabalho, empresas GELRE, ORHION e CMADENE.
- Apresentação do Projeto como trabalho científico no XIII Congresso Nacional de Arte-Educadores do Brasil, na PUC-Campinas.
- Participação de 250 crianças e adolescentes das entidades do segmento de pessoas com deficiência no Festival de Artes Sem Barreiras, executado em parceria entre FEAC e PUC-Campinas.
- Palestra de sensibilização da questão da inclusão da pessoa com deficiência aos funcionários da FEAC.

ANO 2002

Momento de intensificar parceria com Ministério Público do Trabalho e reflexão com instituições e famílias.

- No dia 10 de abril, apresentação e formalização das parcerias do Projeto Viva 2002. Foi apresentado o Centro de Referência em Portadores de Deficiência, ligado à Prefeitura Municipal, representado por Silvia Jeni Pereira de Brito; CMAS, representado por Maria Therezinha Correa Marques; CMADENE, representado pelos conselheiros da Casa da Criança Parálitica e da APAE; Núcleo de Igualdade/Subdelegacia do Trabalho, representado pela delegada Ana Palmira Arruda Camargo, dra. Arlete Moura Silva, Orlando Manetti Filho, Renata Erbolato, G. C. Gomes.
- Entre 27 e 28 de abril, preparação para a III Conferência Municipal do CMADENE.
- A 26 de outubro, III Encontro de Famílias de Pessoas Portadoras de Deficiência, apresentação do BPC/Benefício de Assistência Social.
- No dia 8 de novembro, palestras para dirigentes e técnicos para apresentação das ações em rede FEAC, INSS, Subdelegacia do Trabalho e Ministério Público.

ANO 2003

Ano de aprofundar discussão sobre alternativas de inclusão no mercado de trabalho; por exemplo, por intermédio de cooperativas.

- Entre 25 e 26 de abril, 1º Seminário de Cooperativa Especial/Social, discutindo-se aspectos legais e outros, com a participação, entre outros, de Paulo Roberto Ferronato – representante do Segmento de Cooperativas Especiais/Sociais da O. C. B. (Org. das Coop. Bras.) – e prof. José Carlos Cabral Granado – professor da PUC-Campinas, procurador do Estado e Vice-presidente da Vara de Execuções Criminais. No evento, foi formado um grupo para estudar a montagem de uma cooperativa, depois COOPERDIVECAMP.
- A 23 de setembro, assinatura do Convênio de Cooperação Técnica FEAC e INSS, para emissão de certificados de homologação PPD, usuários das entidades filiadas à FEAC.
- No dia 31 de outubro, publicação, no *Diário Oficial* do município da formação do Grupo de Trabalho Cidadania Digital do CMADENE, conforme Resolução CMADENE 01/03, realizado em parceria com Comitê para a Democratização da Informática (CDI-Campinas).

ANO 2004

Ano de ampliar o foco de atuação, abrangendo-se com força a área da educação e capacitação profissional, inclusive em informática.

- No dia 18 de fevereiro, o novo objetivo geral foi apresentado no encontro de abertura do Projeto/2004: "Constituir-se um fórum permanente de reflexão, discussão e encaminhamento de questões sociais, educacionais e políticas, relacionadas à inclusão da pessoa portadora de deficiência e/ou necessidades especiais, na rede de atendimento do município de Campinas". Pare que se atingisse o novo propósito, foram criadas as comissões de Empregabilidade e Educação do Viva.
- No dia 2 de abril, seminário temático sobre "a pessoa com deficiência no ambiente escolar e profissional", com a participação do professor Romeu K. Sasaki – consultor do Banco Mundial para assuntos de inclusão escolar profissional e consultor de educação inclusiva, na Secretaria de Educação do estado de Goiás; autor de vários livros, entre eles *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*.
- Ao longo do ano, foi promovido o monitoramento parceria INSS.
- A Sub-comissão de Empregabilidade participou da organização de dois eventos em parceria entre FEAC, CMADENE, Núcleo de Promoção à Igualdade e Combate à Discriminação da Subdelegacia do Trabalho:
 - 15 de abril – "A pessoa com deficiência no mercado de trabalho: considerando potencialidades", no The Royal Palm Plaza, para representantes de empresas da Região Metropolitana de Campinas.

- 2 de dezembro – “A pessoa com deficiência no mercado de trabalho: considerando potencialidades”, na Fundação Síndrome de Down, para mesmo público.
- Foi estabelecida parceria com o Comitê pela Democratização da Informática (CDI) de Campinas, para instalação de equipamentos e capacitação em três escolas de informática e cidadania (EICs) em três entidades filiadas – Casa da Criança Parálitica, Sorri e CEESD.

ANO 2005

Ano de novas parcerias, de aprimorar mecanismos para inclusão de portadores no mercado, de preparar Campanha da Fraternidade

- No dia 14 de abril foi lançado o Projeto 2005.
- As comissões de Empregabilidade e Educação foram reconstituídas.
- A 23 de junho, oficina com a equipe técnica da URRF/INSS, para os técnicos das 15 entidades sociais filiadas, visando a orientá-los quanto ao processo de encaminhamento da PPD ao INSS com fins de aquisição do laudo técnico necessário para o ingresso ao mercado de trabalho.
- A 11 de agosto, nova capacitação pelo INSS sobre benefícios previdenciários.
 - No dia 19 de setembro, conferência sobre “Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho”
 - No dia 22 de setembro, conferência “Diálogos sobre Educação, Inclusão e Deficiências”. Ambas em parceria com a Subdelegacia Regional do Trabalho.
- Parceria Eduxxi e Sorri.
- Divulgação do Projeto Viva na mídia, em meios como EPTV/Comunidade, Rádio CBN, *Correio Popular* e BAND.
- Parecer técnico sobre a construção de rampas de acesso no município de Campinas.
- Na IV Conferência Municipal do CMADENE, foi realizada uma oficina com o grupo de teatro Grupo Novo/Niterói. Os artistas eram pessoas com Síndrome de Down, que realizaram uma capacitação para as entidades filiadas do segmento
- Participação na preparação da Campanha da Fraternidade de 2006, sobre “fraternidade e deficiência”. Parcerias:
 - Com a subdelegacia do Trabalho, foi assinado termo de cooperação técnica para contratação de uma estagiária, com o objetivo de levantar as vagas para PPD disponíveis nas empresas, bem como levantar as funções disponíveis no mercado.
 - Com a Secretaria Municipal de Educação, foi estabelecido acordo de parceria para monitorar, a partir de 2006, as entidades PPD em conjunto com CSAC/PMC e FEAC.

ANO 2006

Ano da Campanha da Fraternidade, de novo censo para avaliar universo das entidades de PPD e aprofundar inclusão no mercado.

- Projeto Viva para 2006 foi lançado em março.
- Viva participou ativamente da preparação e do lançamento, com Arquidiocese de Campinas e outros, da Campanha da Fraternidade 2006, sobre "fraternidade e a pessoa com deficiência". Vários eventos foram promovidos em função da CF-2006, que tende a aprofundar a reflexão e medidas concretas em favor da inclusão do portador de deficiência.
- Uma das metas do Viva 2006 é um novo censo, junto às entidades sociais do segmento, para avaliar estágio atual (em termos de empregabilidade, educação etc.) dos usuários.

Leonardo, educando que se tornou
funcionário da Fundação Síndrome de
Down: simpatia e alegria em linha



Resultados iniciais

A coordenadora do VIVA, Maristela Lara Dante Weffort, entende que foram registrados vários avanços desde o início do programa:

- Maior visibilidade do tema junto a vários segmentos da sociedade.
- Aproximação dos setores que atuam na área dos portadores de deficiência, como as entidades sociais, poder público, empresas, Ministério Público do Trabalho, Subdelegacia do Trabalho etc.
- Criação efetiva de milhares de vagas no mercado de trabalho, com devido monitoramento e prévia capacitação.
- Maior consciência nas famílias dos portadores de deficiência nos que se refere aos direitos e deveres de seus filhos, como cidadãos integrais.
- Avanços pontuais, embora importantes, na discussão e em obras que facilitem a mobilidade.
- Fortalecimento do CMADENE como órgão de discussão e formulação de políticas públicas.
- Início de funcionamento do Centro de Referência em PPD, ligado à Prefeitura Municipal.
- Maior abertura da mídia para discutir a temática da inclusão.

Desafios existentes, apontando para nova agenda de discussão nos próximos anos:

- Mais avanços na empregabilidade, capacitação e mobilidade.
- Adesão de novos parceiros.
- Ampliação da visibilidade na mídia.

As sementes foram, enfim, lançadas. A rede da inclusão começa a ser tecida e avança, ganhando novos elos a cada dia, ao ritmo da velocidade das organizações que procuraram acelerar o passo.

Refletindo sobre a atuação da Fundação Síndrome de Down na área da inclusão, educacional e, sobretudo, profissional, Ulysses de Oliveira comenta, resumindo expectativas generalizadas no setor e sempre seguindo a ótica da cidadania: "Nós desenhamos uma estrutura em que não queremos a benemerência do outro lado. Queremos a responsabilidade social do outro lado. E estamos procurando trabalhar com projetos com as empresas, com começo, meio e fim, para que os resultados possam ser monitorados. Não queremos doação, mas que haja reciprocidade. Entendemos que incluir é importante, mas é preciso incluir legal, para que dê certo, e,

para isso, de novo, o foco deve ser o ensino, não o aprendizado. O professor, às vezes, procura o aluno ideal e não vê que ele é que está com dificuldades. É preciso mudar a estrutura escolar para todos. Para que, quando o aluno chegar ao mercado, ele esteja preparado. Pois é indescritível a alegria quando eles recebem seu primeiro salário, como aconteceu com minha filha, Juliana, uma das primeiras alunas da fundação. Ela fez 20 anos e eu perguntei a ela: 'O que você acha que é o seu futuro?' Ela disse: 'Meu futuro é meu trabalho'".

Inclusão na PUC-Campinas

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) tem ampliado suas ações pela inclusão de portadores de deficiência. Foi criado o Projeto de Acessibilidade (ProAces), para proporcionar suporte técnico e apoio pedagógico aos alunos deficientes e professores. No dia 21 de fevereiro de 2006, o ProAces entregou à Biblioteca Setorial do Campus II da PUC-Campinas o primeiro acervo em Braille. Desde o número 22, o *Jornal da PUC-Campinas* passou a ser transcrito para o Braille e com grafia aumentada pelo ProAces. Alunos de comunicação daquela universidade foram vencedores do concurso da CNBB para o cartaz da Campanha da Fraternidade de 2006. O CIAD (Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente) da PUC-Campinas desenvolve, há anos, importantes projetos e oferece múltiplos serviços.



Comentários finais, a título de desafios



Fabiana Sugimori, primeira medalhista de ouro paraolímpica brasileira: orgulho de Campinas e do Brasil

O Brasil todo se emocionou com a medalha de ouro de Fabiana Harumi Sugimori nas Paraolimpíadas de Sidney, em 2000. Era de certa forma um símbolo do esforço que as organizações sociais de Campinas têm procurado manter, ao longo da história, rumo à inclusão plena dos portadores de deficiência. Muitos avanços efetivamente têm sido alcançados, mas os desafios continuam enormes. A corrida de obstáculos prossegue.

O Censo de 2000 revelou por exemplo que a proporção de portadores de alguma deficiência aumenta à medida que a população envelhece, alcançando 54% do total das pessoas com idade superior a 65 anos. A exclusão no mercado de trabalho é evidente, segundo os dados coletados pelo IBGE. Dos 66,6 milhões de pessoas da chamada “população economicamente ativa”, em 2000, somente 9 milhões eram portadoras de alguma das deficiências pesquisadas.

A exclusão também é enorme no contexto escolar. Entre a população sem instrução ou com menos de três anos de estudo, 32,9%, declararam portadores de deficiência. Já entre o universo das pessoas com mais de 11 anos de estudo, somente 10% eram de portadoras.

Estes e outros números divulgados regularmente pelo IBGE mostram o tamanho do desafio da inclusão social no Brasil em geral, e sobretudo na área das pessoas com deficiência. Discutir a questão de forma ampla, no cenário da realidade social brasileira, é exatamente o propósito, neste início de um novo século, de entidades como a Pró-Visão, de Campinas.

Para a coordenadora do Pró-Visão, Maria Cristina Von Zuben, a efetiva inclusão das pessoas com deficiência depende de olhar mais crítico e aprofundado sobre a realidade social brasileira. Muitas deficiências, observa, derivam de uma condição social de carências e de falta de informações básicas sobre saúde. A reflexão mais intensa sobre políticas públicas que realmente previnam e promovam a inclusão social é, assim, uma das contribuições da Pró-Visão para o início do século XXI, segundo sua coordenadora. Além disso, Maria Cristina von Zuben entende que a melhoria permanente dos serviços de organizações sociais deste segmento também depende de da valorização e estímulo permanente voltado para a equipe técnica. Enfim, capacitação e reconhecimento permanentes.

Novos e múltiplos desafios, em resumo, estão no horizonte. Alguns deles, para promover a real inclusão:

Novas tecnologias

As inovações em tecnologias de informação não cessam. Novos instrumentos de comunicação, facilitando a inclusão educacional, profissional e em outros aspectos, vão aparecer nos próximos anos. Mas é fundamental que a tecnologia não aprofunde as desigualdades. Mecanismos legais e sociais devem ser criados para impedir isso. Maior capacitação em informática e acesso a computadores baratos, entre outros instrumentos, é um desafio crucial.

Telefones para portadores de deficiência auditiva ainda são limitados, em termos numéricos, e de uso restrito.





Bazar da Casa da Criança Parálitica, onde voluntariado é visto com muita seriedade

Voluntariado

A cidadania ativa e integral depende de maior participação social em todos sentidos. Uma cidade inclusiva depende, igualmente, de maior participação em seu desenho. O voluntariado é uma dimensão importante neste sentido. Entidades como a Casa da Criança Parálitica entenderam a importância do voluntariado e criaram programas próprios e estruturados para a área. Ampliar o voluntariado na área dos portadores de deficiência é crucial para os próximos anos.



Mobilidade

A eliminação das barreiras arquitetônicas é essencial para uma cidade efetivamente inclusiva. Maior número de ônibus adaptados e outros veículos também é essencial. Mais rampas e espaços de circulação, pensados para os deficientes, são essenciais. “O acesso fácil não existe em todas as salas de cinema ou teatro”, afirma a jornalista e atriz Kátia Fonseca. Ela preside a representação, em Campinas, do Centro de Vida Independente (CVI), que elaborou uma primeira versão de guia com endereços de restaurantes, bares e outras atividades de lazer, de fácil acessibilidade para pessoas especiais. “O avanço tem sido razoável, mas há muito o que fazer”, acentua a jornalista. “O maior desafio é derrubar as barreiras de atitudes, que são mais graves que as arquitetônicas e muitas vezes fruto de desconhecimento”, observa Kátia. O CVI também promoveu a campanha Eleições sem barreiras em 2002. Cerca de 90% das seções contaram com urnas no piso térreo, para facilitar a participação dos deficientes.

??????
??????
??????
??????
??????
??????
??????
??????
??????

Vários outros desafios poderiam ser apontados. A esperança e a beleza da trajetória da superação de desafios está sintetizada na famosa frase de O pequeno príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry: “É com o coração que se enxerga verdadeiramente; o essencial é invisível aos olhos”. Um novo olhar da sociedade brasileira para a inclusão da pessoa com deficiência vem sendo fortalecido. As redes, como a indicada pelo Projeto Viva, apontam um novo amanhã.

Bibliografia do Projeto VIVA

ALMEIDA, Wilson Castello. *Moreno: Encontro existencial com as psicoterapias*. Editora Agora, SP, 1991.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*. Vozes, Petrópolis, 1999.

Censo /2.000 – FEAC/DRE e DP.

Constituição Brasileira de 1998.

Constituição do Estado de São Paulo.

Convenção no. 111 da Organização Internacional do Trabalho.

Convenção no. 1590 da Organização Internacional do Trabalho.

D'ANTINO, M. E. F. . *A Máscara e o Rosto da Instituição Especializada*. 2001.

DALLARI, Dolmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

Decreto 2172 de 05/03/97.

Decreto 914 de 06/09/93.

Diretrizes Educacionais sobre a Estimulação Precoce - MEC.

Drexel, John; Iannone, Leila, São Paulo: Moderna, 1989.

Educação Especial no Brasil - MEC.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/90 – Art.1º, 3º,4º, Cap. I - Art.7º, 10, 11; Cap. II- Art.16,17,18 Art. 60 a67, Art.71, Art.90.

JANNUZZI, Gilberta. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

Jornal Gente Ciente.

Lei 7853 de 24 de outubro de 1989

Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Lei 8213 de 24 de julho de 1991.

Lei Complementar 683 de 18/09/92.

Lei das Diretrizes de Base/96.

Lei Orgânica de Assistência – LOAS/93 – Cap. I, Art. 2º.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

Manual de Orientação para Constituição de Cooperativas –99.

Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Sistema Educacional Brasileiro - MEC.

Ordem de Serviço Conjunta no. 90 de 27/10/98.

Política Nacional de Educação Especial - MEC.

Portaria 4677 de 29/07/98.

Portaria Interministerial no. 869 de 11/08/92.

Programa de Governo Democrático e Popular /PT - Campinas (2001 - 2004).

Proposta Sócio Educativa – FEAC/DRE.

Resolução no. 630 de 20/10/98.

Revista Conexão Paulista – Janeiro/00 – Tema : Paralisia Infantil.

Revista Integração - Secretaria de Educação Especial - Ministério da Educação.

Revista Nova Escola – Junho/99 – Tema : Inclusão: Uma Utopia Possível.

RIBAS, João Batista Cintra. **Viva a diferença:** Convivendo com nossas restrições ou deficiências. São Paulo Moderna. 1995.

Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviço de Educação Especial - Área de Altas Habilidades, Área de Deficiência Auditiva, Área de Deficiência Mental, Área de Deficiência Múltipla - MEC.

Temas sobre Desenvolvimento, Set/out-99.

WEISSHAUPT, Jean Robert. (Org.) As funções sócio- institucionais do Serviço Social. São Paulo. Cortez. 1985.

Na Internet

ABRE-TE – Associação Brasileira de Síndrome de Rett – Oferece tratamento para pessoas com síndrome de rett. Serviços www.abrete.com.br

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) – www.feneis.com.br

Frase.

